

ATA DA NONAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 23-10-2023.

---

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Alvoní Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, Moisés Maluco do Bem, Prof. Alex Fraga e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aline Kerber, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fran Rodrigues, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nºs 595 e 647/23 (Processos nºs 1012 e 1109/23), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 631/23 (Processo nº 1078/23), de autoria de Giovani Culau e Coletivo; e os Projetos de Resolução nºs 081 e 082/23 (Processos nºs 1064 e 1065/23, respectivamente), de autoria de Marcelo Sgarbossa. Também, foi encaminhado o Projeto de Lei do Executivo nº 037/23 (Processo nº 1126/23). Foi apregoada Justificativa de Falta de Jonas Reis durante os dias vinte a vinte e sete de outubro do corrente, devido a sua participação na 41ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED em Manaus - AM. Foi apregoado o Processo SEI nº 020.00138/2023-93, por meio do qual é autorizada representação externa de Alvoní Medina, no dia vinte e três de outubro do corrente, com o objetivo de participar da Celebração do 50º aniversário da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul - FADERS - Acessibilidade e Inclusão, realizado no Salão Pôr do Sol da Associação Atlética Banco do Brasil - AABB - Porto Alegre - RS. Foi apregoado Requerimento firmado por Pedro Ruas, solicitando Licença-Luto no dia vinte e três de outubro do corrente, tendo sido empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Fran Rodrigues, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana - CEDECONDH. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte e três ao dia vinte e cinco de outubro do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Aline Kerber, informando-a que integraria a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul - CEFOR. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Pedro Ruas, Líder da Bancada do PSOL, informando o impedimento das suplentes

Natasha Ferreira e Laís Mandato Coletivo em assumir a vereança, em substituição, no período citado, e o impedimento da suplente Fran Rodrigues em assumir a vereança, em substituição, nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de outubro do corrente. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Carla Müller, Presidente do Instituto Dia do Amor, que se pronunciou acerca dos programas que o Instituto desenvolve na área da saúde, beneficiando jovens, crianças e mulheres em situação de vulnerabilidade social. Compuseram a Mesa: Hamilton Sossmeier, presidindo; Carla Müller e Maitê Cauduro Lemanski, respectivamente Presidente e co-fundadora do Instituto Dia do Amor. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Tiago Albrecht manifestou-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e cinco minutos às quatorze horas e trinta e oito minutos. Ainda, foi apregoado Requerimento firmado por Eng<sup>o</sup> Comassetto, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia vinte e três ao dia vinte e seis de outubro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Adeli Sell, informando-o que integraria a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ. Foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Isnar Camargo Ruas, por solicitação de Fran Rodrigues. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Psicóloga Tanise Sabino, Mari Pimentel, Idenir Cecchim, Adeli Sell, Aldacir Oliboni e Cláudia Araújo. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Aline Kerber, no lugar de Pedro Ruas, licenciado, e Prof. Alex Fraga. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e dois minutos às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Foi aprovado Requerimento, colocado em votação por Hamilton Sossmeier, presidindo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, passando-se imediatamente ao período de Pauta Especial. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve em 1<sup>a</sup> sessão, o Projeto de Lei do Executivo n<sup>o</sup> 035/23. Foi aprovado Requerimento, colocado em votação por Hamilton Sossmeier, presidindo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, passando-se imediatamente ao período de Pauta. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1<sup>a</sup> sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo n<sup>os</sup> 019, 020 e 021/23; os Projetos de Lei do Executivo n<sup>os</sup> 032 e 033/23; os Projetos de Lei do Legislativo n<sup>os</sup> 118/20 e 396, 597, 598, 607, 619 e 622/23; os Projetos de Resolução n<sup>os</sup> 078, 079, 080 e 083/23; e, em 2<sup>a</sup> sessão, o Projeto de Decreto Legislativo n<sup>o</sup> 001/23. Às dezesseis horas e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo n<sup>o</sup> 075/18 (Processo n<sup>o</sup> 0665/18), após ser discutido por Prof. Alex Fraga e Aírto Ferronato, e encaminhado à votação por Cláudia Araújo e Prof. Alex Fraga, por quatorze votos SIM e dezoito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Aline Kerber, Biga Pereira, Fran Rodrigues, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Prof. Alex Fraga e Tiago Albrecht, e votado Não Alvoní Medina, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro,

Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Alvoni Medina, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 335/21 (Processo nº 0808/21), após ser discutido por Giovani Culau e Coletivo. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 335/21. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 335/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 335/21. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando a retirada da priorização do Projeto de Lei do Legislativo nº 453/22 (Processo nº 0922/22). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Jessé Sangalli, solicitando a retirada da priorização do Projeto de Lei complementar do Legislativo nº 015/21 (Processo nº 0357/21). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mari Pimentel, solicitando alteração na ordem de priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 074/07 (Processo nº 2428/07), após ser encaminhado à votação por Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, Idenir Cecchim, Claudio Janta, José Freitas, Alvoni Medina e Márcio Bins Ely. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Karen Santos, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 129/23 (Processo nº 0271/23). Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 129/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 129/23. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 008/22 (Processo nº 0019/22), após ser discutido por José Freitas. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e seis minutos às dezessete horas e dez minutos. Foi apregoadado Requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 008/22 (Processo nº 0019/22). Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 008/22. Foi aprovada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 008/22. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 008/22. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando o adiamento de discussão, por duas Sessões, do Projetos de Lei Complementar do Legislativo nº 003/14 (Processo nº 0374/14). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Márcio BIns Ely, solicitando a retirada de priorização do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 035/21 (Processo nº 0841/21) e do Projeto de Lei do Legislativo nº 056/18 (Processo nº 0667/18). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Lourdes Sprenger, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 199/22 (Processo nº 0364/22), após ser discutido por Adeli Sell e Comandante Nádia. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Adeli Sell, solicitando o adiamento, por duas Sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 199/22. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando o adiamento, por duas

Sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 025/22 (Processo nº 0054/22). Em Discussão Geral, em 1ª Sessão, foi apreciado o Projeto de Resolução nº 032/21 (Processo nº 0604/21). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 052/14 (Processo nº 0607/14), após ser encaminhado à votação por Cláudia Araújo. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 052/14. Foi aprovada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 052/14. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 052/14. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 052/14. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por José Freitas, solicitando adiamento de discussão, por duas Sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 318/21 (Processo nº 0775/21). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por José Freitas, solicitando o adiamento, por duas Sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 103/12 (Processo nº 1371/12). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando o adiamento, por uma Sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 093/23 (Processo nº 0202/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Karen Santos, solicitando o adiamento de discussão, por duas Sessões, do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 011/23 (Processo nº 0661/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Fernanda Barth, solicitando o adiamento, por duas Sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 140/22 (Processo nº 0271/22). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando o adiamento, por duas Sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 562/23 (Processo nº 0947/23). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 012/23 (Processo nº 0457/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando o adiamento, por três Sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 145/23 (Processo nº 0295/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando o adiamento da discussão, por uma Sessão, do Projeto de Lei do Legislativo nº 038/19 (Processo nº 0074/19). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 346/21 (Processo nº 0829/21), após ser discutido por Mônica Leal. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando o adiamento, por duas Sessões, da discussão do Projeto de Lei Legislativo nº 346/21. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando o adiamento, por três Sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 066/22 (Processo nº 0129/22). Em Votação, foi apreciado o Requerimento nº 130/23 (Processo nº 0660/23), após ser encaminhado à votação por Comandante Nádia. Foi aprovado Requerimento verbal de Airto Ferronato, solicitando o adiamento, por duas Sessões, da votação do Requerimento ora em apreciação, o qual foi recebido como pedido de retirada de priorização, sendo a matéria novamente incluída na priorização daqui a duas Sessões. Em Votação foi aprovado o Requerimento nº 186/23 (Processo nº 0993/23). Às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Às dezessete horas e cinquenta e seis minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Airto Ferronato e

Cláudia Araújo. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

---

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Boa tarde!

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo justificativa de falta do Ver. Jonas Reis, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação na 41ª reunião anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – Anped, em Manaus-AM, de 20 a 27 de outubro de 2023. (SEI nº 210.00529/2023-80)

Apregoo representação externa do Ver. Alvoní Medina, que representará esta Casa na celebração do 50º aniversário da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul – FADERS Acessibilidade e Inclusão, no salão Pôr do Sol, da Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB Porto Alegre, no dia 23 de outubro de 2023, às 17h. (SEI nº 020.00138/2023-93)

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, solicitando Licença Luto, nos termos do art. 218, inc. II, do Regimento, no dia 23 de outubro de 2023.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Declaro empossada a Ver.<sup>a</sup> Fran Rodrigues. Informo que V.Exa. estará atuando na CEDECONDH.

O Ver. Roberto Robaina solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 23 a 25 de outubro de 2023. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo declaração firmada pelo Ver. Pedro Ruas, líder da bancada do PSOL, informando o impedimento das suplentes Natasha Ferreira e Laís Mandato Coletivo em assumirem a vereança em substituição no período citado, e o impedimento da suplente Fran Rodrigues em assumir a vereança em substituição, nos dias 24 e 25 de outubro.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Declaro empossada a suplente de vereador Aline Kerber. Informo que V.Exa. integrará a CEFOR.

Passamos à

**TRIBUNA POPULAR**

**SR. JOSÉ LUÍS ESPINDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias):** A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Instituto Dia do Amor, que tratará da apresentação de programas que o Instituto desenvolve na área da saúde, beneficiando jovens, crianças e mulheres em situação de vulnerabilidade social.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Convidamos para compor a Mesa a Dra. Maitê Lemanski, cofundadora do Instituto Dia do Amor.

A Sr.<sup>a</sup> Carla Muller, presidente do Instituto Dia do Amor, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

**SRA. CARLA MULLER:** Boa tarde para todo mundo, quero dizer que é um prazer estar aqui podendo falar do nosso Instituto e quero agradecer a presença de todos vocês aqui, doando um dos nossos bem mais preciosos que é o tempo que a gente tem. Então como já apresentado, meu nome é Carla, sou presidente e fundadora do Instituto Dia do Amor e quero mostrar um pouquinho para vocês as atividades que a gente desenvolve.

Somos uma instituição que foi fundada em 2019 e desde lá a gente vem se moldando e mudando um pouco. Então a gente hoje atua de forma itinerante, beneficiando outras instituições e comunidades e atuando em rede. Essa é a forma que a gente acredita que vai conseguir solucionar os problemas ainda maiores que existem na nossa sociedade. O nosso público são crianças, jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade social, e o objetivo principal da instituição é promover uma saúde de qualidade.

Trago para vocês essa afirmação: uma organização social tem que nascer para criar impacto. Por quê? Justamente porque eu falei que a gente vem se moldando desde 2019; então hoje a gente acredita que a gente tem um compromisso com a nossa cidade de gerar um impacto e transformar as vidas que passam pela gente. O nosso principal foco de hoje é democratizar o direito à saúde de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Isso porque a gente acredita que a saúde é um dos pilares para a construção de diversas coisas. É só pensarmos em qualquer atividade que a gente vai desenvolver, seja educação, emprego, a gente precisa ter saúde mental e saúde física, que hoje também é uma das grandes causas de desigualdade social, se a gente for pensar quando a gente fica doente e a gente vê o privilégio que a gente tem comparado com tantas outras pessoas.

Vou apresentar para vocês um pouquinho dos nossos programas que são contínuos dentro da instituição. Um deles é o Programa Olhar com Amor, que leva assistência oftalmológica para as crianças. Não é só uma verificação de grau, a gente faz toda uma avaliação completa da saúde ocular dessa criança, e aí vem muito com um dos valores que a gente acredita: a gente só doa aquilo que gostaria de receber. Então essas crianças têm o direito de escolher óculos novos, do seu gosto pessoal e que vai muito da adaptação dela depois com esses óculos que ela ganhou.

Sobre os nossos dados, no ano passado, só nesse programa a gente atendeu mais de 200 crianças, metade precisou fazer uso de óculos e 73% delas nunca tinha consultado com oftalmologista.

O nosso segundo programa é a nossa fábrica de sorrisos, que a gente chama, que é o Sorrir com Amor, do qual a Maitê é responsável. É um programa que eu gosto muito de falar que, com pequenos passos, a gente chega longe, esse meu time começou doando pastas e escovas de dente, hoje eles fazem as mais diversas e complexas cirurgias, retirada de cisto e de mandíbula, apadrinhamento de aparelho. É um programa que tem muito a calhar com o poder público, porque hoje a gente sabe que a maior fila de espera, com maior número de pessoas, no nosso sistema de saúde é a fila odontológica, então ele casa muito com isso e com o impacto social que ele gera. No ano passado a gente atendeu mais de 400 crianças, 82% delas precisaram fazer algum tipo de tratamento odontológico e a gente realizou mais de 200 procedimentos.

Um outro programa que a gente tem que é voltado para o público feminino, para jovens meninas, é um programa que trabalha tanto a saúde mental quanto a saúde física dessas meninas. A gente trabalha outras áreas da medicina como a ginecologia, endocrinologia, dermatologia e a saúde mental. Esse é um programa que a gente constrói com a comunidade, a gente senta com eles, pergunta, faz uma triagem, um questionário e isso faz com que a gente tenha um programa que seja de 100% de presença, aprovação e aproveitamento. Esse é um programa que me mergulha muito como pessoa e à nossa instituição, porque ele trabalha de uma forma que consegue solucionar literalmente o problema da raiz, os traumas, abusos, de tudo que essas meninas passam e ainda trazendo uma consciência de valores, sentimentos, toda essa parte emocional que a gente precisa dar valor para essas meninas.

Não menos importante, mas a gente é muito conhecido pelo nosso programa de voluntariado que é o Multiplica Dia do Amor, é um programa que já foi premiado mais de uma vez, hoje temos 592 voluntários cadastrados e 295 ativos, fazendo tudo acontecer dentro do Instituto Dia do Amor. Então é uma causa que a gente levanta muito, é um programa que faz parte da nossa essência e entra muito dentro dos nossos valores, no sentido de que a gente sempre pode fazer um pouquinho a mais.

Eu trouxe todos esses dados para poder falar para vocês da importância do nosso trabalho, mas tentar mostrar que uma criança, se ela tem dor de dente e está precisando de um tratamento de canal, ela não vai prestar atenção na escola, ela não vai conseguir se sair tão bem quanto uma criança que esteja saudável; seja isso para uma criança que precisa fazer uso de óculos e uma criança que não precisa, ela não vai conseguir aproveitar as oportunidades que ela tem se ela não tiver um acesso digno à saúde. Assim como uma menina que sofreu traumas e não curar isso, ela não vai conseguir saber o valor que ela tem e ir atrás dos sonhos que ela deseja. Então, a gente acredita muito que uma chance igual na vida, nas oportunidades, começa pelo acesso igualitário à saúde. Fico à disposição para qualquer coisa e, mais uma vez, muito obrigada a vocês. (Palmas.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Convidamos a Sra. Carla Muller a fazer parte da Mesa. O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Boa tarde, Sr. Presidente Hamilton Sossmeier; Sra. Carla Muller e também a Sra. Maitê Lemanski. O trabalho de vocês se mostra indispensável, se mostra necessário e, acima de tudo, vocês mostram a essência do trabalho de vocês já no nome da vossa instituição, Dia do Amor. A palavra amor, para uma pessoa como eu que sou cristão praticante, é uma palavra muito profunda, muito importante. A mensagem bíblica diz que Jesus é a personificação do amor de Deus. Então, quando vocês escolhem para sua instituição, e a gente pode ver na prática, quando vocês escolhem a palavra “amor”, a gente já fica sabendo, a gente já fica sensibilizado, a gente já tem a certeza de que o trabalho de vocês é importante, é imprescindível. Quero agradecer, está aqui presente conosco o deputado estadual Felipe Camozzato, a quem tenho a honra de substituir nesta colenda Câmara, pois foi através do mandato dele que vocês vieram até nós para que a gente faça – digamos assim – a justiça estatal de reconhecer vocês como de utilidade pública e, a partir daí, vocês também poderem auxiliar o Estado a fazer o trabalho de ajudar as pessoas. Por isso, para nós é um privilégio, para o meu mandato, para o meu time é um privilégio podermos receber o Instituto Dia do Amor, trabalhar na legislação para que vocês possam então continuar beneficiando jovens e crianças. A história de vocês, já desde o primeiro dia, quando vocês apresentaram, me tocou muito. Vocês todos são voluntários, são pessoas que se doam. Então dá para se dizer que o amor no Instituto Dia do Amor toma a forma de pessoas através de vocês, através do trabalho de vocês, através dos dons, das vocações e das profissões que vocês exercem e auxiliam essas pessoas. Carla, parabéns, você é, lá atrás, a grande idealizadora, parabéns também, Maitê, por logo ter comprado essa ideia e hoje estar aqui como, digamos assim, fiel escudeira, porque não é fácil falar dali, mas a Maitê esteve aí presente. Então, parabéns, que Deus siga abençoando o trabalho de vocês, que mais e mais pessoas sejam atingidas no Instituto Dia do Amor, no do dia amor, mas certamente vocês deixarão marcas indelévels, vocês deixarão marcas de amor para toda a vida dessas crianças e desses adolescentes. Obrigado por existirem, obrigado por virem até esta Casa. Contem a gente. Obrigado.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Quero registrar também a presença do nosso deputado Felipe Camozzato, seja muito bem-vindo. Faço minhas as palavras do Ver. Tiago Albrecht. Estamos, neste momento, encerrando nossa Tribuna Popular, com o Instituto Dia do Amor, apresentação dos programas que o Instituto desenvolve na área da saúde, beneficiando jovens, crianças e mulheres em situação de vulnerabilidade social. Agradecemos a presença da presidente Carla Muller e também da Maitê Lemanski, sejam sempre muito bem-vindas.

Suspendo a sessão por dois minutos para as despedidas e para o registro fotográfico.



(Suspendem-se os trabalhos às 14h35min.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** (14h38min) Estão reabertos os trabalhos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo requerimento firmado pelo Ver. Engº Comassetto, que solicita Licença para Tratamento de Saúde do dia 23 ao dia 26 de outubro do corrente ano.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Declaro empossado o Ver. Adeli Sell, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

**Vereadora Fran Rodrigues (PSOL) (Requerimento):** Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Srs. Vereadores. Nós, do PSOL, solicitamos a realização de um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao Sr. Isnar Camargo Ruas, pai do Ver. Pedro Ruas, que faleceu, infelizmente, no último sábado; inclusive eu estou exercendo a vereança em decorrência da licença do Ver Pedro Ruas. Isnar Camargo Ruas era jornalista, foi muito importante na luta contra a ditadura militar e pai do nosso vereador combativo e advogado Pedro Ruas.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Obrigado. Registro e defiro. Como Presidente desta Casa, me somo também a esse momento de silêncio.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder. Quero registrar que estamos estreando os microfones novos hoje.

**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB):** Boa tarde. Quero saudar o nosso Presidente do Parlamento, os vereadores, demais colegas, público que nos assiste. Vou compartilhar que nesse último sábado, dia 21 de outubro, aconteceu a IX Jornada de Psicologia Organizacional, com o tema Inteligência Humana + Inteligência Artificial – conexões e relações na saúde, na educação e nas organizações. Neste evento que ocorreu aqui na cidade de Porto Alegre, na Fábrica do Futuro, foram também comemorados os 25 anos do Instituto de Desenvolvimento Global – IDG, que tem como idealizadora a psicóloga Zeila Bedin. A Zeila Bedin é uma mulher fantástica, é uma psicóloga com mais de 50 anos de profissão, uma das precursoras da psicologia organizacional e do trabalho aqui no nosso Estado do Rio Grande do Sul, e que, inclusive,

recebeu, nesta Casa, um título de cidadão, do qual eu tenho muito orgulho de ter sido a proponente.

Quero compartilhar com os vereadores e com os demais os temas dessa jornada, que teve como objetivo, então, discutir sobre a inteligência artificial e a saúde mental e de como podemos aplicar *insights* para melhorar a qualidade das nossas vidas, nas nossas organizações e na nossa sociedade. Eu sempre digo que, ao compartilharmos o que aprendemos, crescemos e construímos um futuro melhor.

As primeiras palestras foram da psicóloga Marla Martins, que fez um grande resgate histórico desde a fundação do IDG; depois a Dra. Zeila Bedin, que realizou a palestra magna sobre inteligência artificial e inteligência humana.

Foram três mesas e um painel. A Mesa 01, teve como tema psicologia saúde e tecnologia, tendo como mediadora a querida amiga, psicóloga Cristina Amarilho; e, como painelistas, as médicas Dra. Eleonora Bedin Pasqualotto, a Dra. Raquel Dibi e eu, como psicóloga e vereadora, que fiz parte desse painel.

O painel foi fantástico, discutimos também os caminhos para o futuro, a medicina e revolução tecnológica, discutimos também a aplicação da tecnologia no contexto das políticas públicas na área da saúde mental. Eu fiquei muito feliz por ter tido a oportunidade, nesse painel, nessa jornada, de compartilhar o *case* da Prefeitura de Porto Alegre em que compartilhamos o Centro de Referência do Transtorno Autista – Certa, que recebeu óculos de realidade virtual do Ministério Público. Esses óculos de realidade virtual têm ajudado no tratamento dos nossos autistas.

A Mesa 02 teve como tema psicologia, organizações e tecnologia. Teve como mediadora também uma querida amiga e psicóloga, Dra. Letícia Oliveira e a palestrante Eva Ghisio e os palestrantes Rafael Corsetti, Nilo da Silva Mendonça. Foi um painel superimportante, pois discutimos a tecnologia, como a tecnologia desempenha um papel cada vez mais central nas operações das empresas e no bem-estar dos colaboradores; e a importância em achar um equilíbrio entre gestão e tecnologia. Tivemos também um painel chamado Lifelong Learning: o diferencial dos profissionais do futuro, com a mediadora, a psicóloga Rossana Bordin, e as palestrantes Lúcia Mello, Vivian Garcia, Elisângela dos Santos e Quênia Mello. Foi um painel onde as ex-alunas do IDG falaram da importância de adotar diversas estratégias, como capacitação, *workshops*, seminários, palestras, ler livros, capacitar-se, participar de grupos de discussões, comunidades *online*, mentorias, sempre buscando ter um perfil de excelência, pois a capacidade de aprender continuamente é um ativo valioso para os profissionais do futuro.

A Mesa 03, que abordou a Psicologia, Carreira e Tecnologia, tendo como mediadora a Dra. Livia Bedin, tendo como painelistas a Marisol Silveira de Oliveira, a Luiza Lisboa, e a Isabel Degrazia. Foi um painel fantástico em que discutimos sobre o mundo digital em que vivemos e o impacto nas nossas carreiras. Enfim, foram muitas discussões. Discutimos, inclusive, sobre como algumas pessoas têm usado o ChatGPT como um terapeuta pessoal. Pessoas que, às vezes, diante de dificuldades de conflitos, de ansiedade, de sintomas – como a tristeza – usam o ChatGPT, perguntando para ele como tratar e como ser ajudado.

Então, a pergunta que fica: será que a inteligência artificial, as tecnologias, irão substituir o psicólogo? Eu creio que não. Embora a inteligência artificial possa oferecer benefícios significativos, ele não pode substituir completamente a experiência e a empatia humana, como a conexão, a compreensão, fornecidos por um psicólogo qualificado. Será que a inteligência artificial vai substituir algumas profissões? Eu acredito que não. Acredito que, na verdade, o futuro do trabalho será cada vez mais digital. Por isso, é importante que o profissional busque continuamente, em sua carreira, qualificação profissional, buscando desenvolver algumas habilidades e competências, como a *soft skills*, como é chamada, como a criatividade, o pensamento crítico e a inteligência emocional. Entendo que a inteligência artificial pode complementar, mas não substituir a expertise e a compaixão fornecida por profissionais da saúde mental.

Para finalizar, Presidente, tecnologia e saúde mental não são inimigas, mas é preciso encontrar o equilíbrio para que elas possam ser aliadas. Muito obrigada.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Passamos ao

## **GRANDE EXPEDIENTE**

A Ver.<sup>a</sup> Aline Kerber está com a palavra em Grande Expediente.

**VEREADORA ALINE KERBER (PSOL):** Boa tarde, Presidente, vereadores e vereadoras desta Casa, cidadania que nos acompanha, membros da Associação Mães e Pais pela Democracia, em nome do nosso presidente Júlio Sá e também da Gabriela Garibaldi. É a terceira vez que assumo aqui, Ver.<sup>a</sup> Fran, Ver. Alex Fraga, como vereadora desta Casa, o que muito me honra. Poder cumprir nesses poucos dias mais um período de trabalho e de compromisso com esta cidade, sobretudo o compromisso com a educação social de qualidade. Também cumprimentando quem nos assiste pela TVCâmara. Gostaria de registrar os meus sentimentos em relação ao pai do nosso querido Ver. Pedro Ruas, Isnar Camargo Ruas, jornalista de 93 anos falecido nesse último sábado, com um enorme legado, um dos maiores, o nosso Ver. Pedro Ruas.

Nesse período que tenho aqui de Grande Expediente, eu quero reforçar o papel do controle social das políticas públicas de educação, Ver.<sup>a</sup> Biga, uma satisfação estar aqui com a senhora. E dizer que, claro, esse contexto todo que estamos vendo neste momento de CPI e também grandes e profundos problemas de gestão pública evidenciam a necessidade e a importância do controle social das políticas públicas de educação. Aqui trago a importância do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre. Não sei se os senhores sabem, as senhoras sabem, mas foi o primeiro conselho municipal criado aqui em Porto Alegre, a partir do art. 101 da Lei Orgânica de Porto Alegre. O CME foi instituído pela [Lei nº 248 de 1991](#), mas essa lei, assim como a [Lei do Sistema Municipal de Ensino](#), foram leis revogadas em 2022, duas leis que ingressam, a [nova Lei do Sistema Municipal de Ensino](#), a [nova Lei do Conselho Municipal de Educação](#). O primeiro ponto que eu quero destacar é a composição. O que mudou da lei antiga, do Conselho Municipal

de Educação, em relação à nova lei? Na lei anterior, havia três conselheiros do Executivo municipal, que significava 13% do colegiado; na nova lei do conselho atual são 11 conselheiros, um deles aqui, o conselheiro Júlio Sá, ou seja, aumentou significativamente, saindo de 13% para 50%. Então, hoje, metade do colegiado é composto de pessoas indicadas pelo Executivo municipal. Nós estamos falando de controle social, nós estamos falando de transparência, de *accountability*, e o conselho municipal cumpre essa função, deveria cumprir, mas foi e tem sido altamente violado, e essas leis estruturam essa violação que o conselho e o próprio sistema municipal de ensino têm enfrentado desde a sua composição, que eu acabo então de mencionar, que sai de 3 para 11 representantes do Executivo no colegiado do CME, mas temos também outros pontos que eu também quero destacar. Então, a lei do sistema é a Lei nº 3.218 de 2022, que reduz significativamente as competências do CME, e vou trazer aqui algumas dessas competências revogadas e que vocês entenderão do que se trata e da gravidade que essas leis impõe ao sistema municipal de ensino e a uma educação social de qualidade ao órgão de controle, que é o CME: primeiro, foi retirada a aprovação do Plano Municipal de Educação, estamos, neste momento, na construção de um novo Plano Nacional de Educação, um plano de vigência decenal, de 2014 a 2024, então, portanto, iniciamos os debates, as Conaes, que são Conferências Nacionais de Educação. Foi retirado do Município, que tem o seu plano, de 2015 a 2025, a possibilidade do CME aprovar esse Plano Municipal de Educação; também foi retirada a competência de aprovar previamente transferências de bens, afetos às escolas públicas estaduais ou transferências de serviços educacionais do Município. Nesse âmbito, foi retirada então a possibilidade de emitir parecer sobre convênios, acordos, contratos relativos a assuntos educacionais; aí vemos a violação do art. 70 da LDB – todo programa, todo convênio precisa passar pelo órgão de controle, que é o CME, e essa atribuição, conselheiro Júlio, foi retirada. Aí vemos programas, Ver. Prof. Alex, como Incluir+POA, que não teve o aval do Conselho Municipal de Educação, não teve parecer, não teve indicação; portanto, não tem legitimidade porque esse é o órgão de controle, que institui, avaliza, fiscaliza e orienta as políticas públicas de educação, a partir da ciência da educação. Além disso, foi retirado do conselho municipal a possibilidade de exercer competência recursal, em relação às decisões das entidades, instituições do Sistema Municipal de Ensino; também foi retirada do conselho a possibilidade de acompanhar e avaliar a execução dos planos educacionais do Município, já falei de um deles, o Plano Municipal de Educação, lembrando que agora, sexta e sábado, temos, no Dante Barone, a partir do Fórum Municipal de Educação, o debate do Plano Nacional de Educação, a etapa do Conae em Porto Alegre; então, muito importante acompanharmos, debatermos e construirmos as políticas públicas de baixo para cima. Acho que uma das questões também relevantes de atribuição do Conselho Municipal de Educação que foi retirada foi a possibilidade de o conselho se manifestar sobre assuntos e questões de natureza pedagógica, que lhe forem submetidas pelo prefeito ou secretário; então, revogadas várias competências e atribuições importantes do controle social da educação, a partir dessas duas leis, em especial a nova lei do Sistema Municipal de Ensino, a [Lei nº 13.218/22](#), e a nova lei do Conselho Municipal de Educação, a [Lei nº 953/22](#). Gostaria de

destacar também que essa lei do sistema, a Lei nº 13.218/22, excluiu duas escolas que são umas das maiores escolas da nossa rede, que é a escola Emílio Meyer e a Liberato Salzano. Então, elas estão fora da lei. Os alunos estão irregulares do ponto de vista da legalidade, e isso é muito importante que seja revisto. E analisando essas competências retiradas, essas fragilidades dessas duas leis, eu destaco também a autonomia do conselho. Que nível de autonomia tem um Conselho Municipal de Educação que precisa que o titular da SMED homologue as suas decisões, os seus pareceres, as suas resoluções, as suas indicações, inclusive o seu regimento interno, que precisa de homologação do prefeito? Isso não é autonomia, isso não é controle social. A gente precisa revogar essas partes dessas duas leis para que a autonomia seja resgatada, que essas escolas que eu já citei, Emílio Meyer e Liberato Salzano, sejam incluídas e que as atribuições do conselho sejam restauradas. Eu gostaria de frisar aqui que o escândalo que estamos acompanhando, hoje de manhã teve a CPI em relação ao uso dos recursos da educação pela gestão do prefeito Melo, que veio a público, enfim, é um exemplo de quão danoso é o exercício do Poder Executivo sem o controle social, sem a fiscalização, sem o papel do CME, o conselho mais antigo desta cidade, o Conselho Municipal de Educação. Dou mais um exemplo, agora o conselho do CACS-Fundeb acaba de reprovar as contas da SMED do ano de 2022 e traz, no seu parecer, no seu relatório, que, entre 2020 e 2022, o governo Melo deixou de investir R\$ 1,77 bilhões na educação, considerando o mínimo constitucional de 30% e retirando aposentados, pensionistas e inativos, que não podem ser considerados no recurso MDE, manutenção e desenvolvimento de ensino, que um terço é Fundeb. Isso é grave. É dinheiro que não chegou às escolas para vagas da educação infantil. É dinheiro que não chegou para inclusão, e a gente vê aí programas retalhados, tentando suprimir essa enorme violação de direitos humanos que está acontecendo na educação por falta de investimento e por todas as irregularidades que esta Casa já conhece. Evidentemente que a Câmara Municipal tem responsabilidade em relação à aplicação desse recurso, que é um recurso protegido e que precisa chegar na ponta, garantindo o direito à educação das crianças da rede municipal de educação e também da rede parceira.

Eu gostaria de me solidarizar com toda a comunidade escolar da Escola Estadual Sapopemba, de São Paulo, nesse atentado que a gente acompanhou, uma vítima letal e três feridos, e isso nos abala muito. Já são 16 atentados nesse novo fenômeno de violência contra as escolas só neste ano de 2023. Dezesesseis atentados! Claro que a gente não se surpreende porque é o mito da arma, tudo que vem sendo trazido, a arma como salvação, e aí a gente está colhendo esses efeitos de todo esse ódio, e esse instrumento sendo idolatrado também por crianças e adolescentes. Solidarizo-me com a Escola Estadual Sapopemba, de São Paulo. Ontem estava o filho do ex-presidente armamentista dando uma entrevista e foi cortado, Ver. Alex Fraga. Ainda bem, porque defender armas nesse contexto é algo surreal. Ele deu uma entrevista para uma emissora da Argentina defendendo armas e foi cortado. Então o tempo dele está acabando. O efeito dessa política armamentista, de acelerar o acesso de armas no Brasil foi enorme...

**Vereadora Biga Pereira (PCdoB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigada, Ver.<sup>a</sup> Aline, eu pedi esse aparte para corroborar com o que tu estás expressando. É importante que a TV Argentina cortou esse deputado exatamente quando defendia o uso das armas. E com tristeza nós hoje recebemos essa notícia de São Paulo dessa agressão aos alunos que levou uma menina à morte e deixou três feridos. É inadmissível que a gente venha a normalizar esse tipo de coisa. É impossível nós aceitarmos o uso das armas, especialmente as armas de fogo – tão defendidas nesta Casa, inclusive, não é?! É com profunda tristeza que nós recebemos essa notícia que tu referes agora, e é também inadmissível que a gente possa tornar acessível à sociedade estratégias como essa, de nós que defendemos a paz, de admitir o uso das armas. É com profunda tristeza que a gente vê uma jovem ter interrompida a sua vida, assim como esse jovem tresloucado, enlouquecido, a agredir três colegas, e que leva à interrupção da vida dessa menina. Estamos, portanto, extremamente consternados, porque a saúde mental, Ver.<sup>a</sup> Tanise, a que a senhora refere tanto nesta Casa, atinge as nossas escolas profundamente. Então, ao disponibilizarmos o uso das armas, para quem está sofrendo inclusive de saúde mental, é dizermos que estamos aceitando e normalizando esse tipo de atitude. Obrigada.

**VEREADORA ALINE KERBER (PSOL):** Concluindo, obrigada, Ver.<sup>a</sup> Biga, essa defesa das armas como a solução para a violência, na verdade, tem trazido mais violência letal, mais ódio, mais intolerância na sociedade. De 2018 a 2022, Ver. Prof. Alex Fraga, saímos de 118 mil liberações de armas para a população CAC – colecionadores, atiradores e caçadores – para 800 mil liberações. Então a gente sabe que 1% a mais de armas aumenta em 2% a violência letal. A conta, infelizmente, vai chegar, porque essa foi a política imposta nos últimos quatro anos, e já vemos aumento de feminicídios, aumento de homicídios, e aí a escola sendo também refém dessa violência toda, que não está mais só no submundo da internet, também está na superfície, a gente vê as redes sociais, Twitter, TikTok, sem nenhum tipo de controle dessas plataformas, e os jovens sendo aliciados por esses criminosos que organizam ataques contra as escolas. Por isso Porto Alegre precisa de uma política integrada e integral de prevenção das violências nas escolas, precisa ter o seu registro próprio de ocorrências, de violência na escola, precisa estruturar as CIPAVes, treinar os jovens para mediação de conflitos. Evidentemente, para uma política *antibullying*, que tenha essa interface entre educação, segurança, assistência, que tenha os seus protocolos de operação – os Pops –, que tenha educomunicação que coloque o jovem no centro desse debate, porque essas são efetivamente as estratégias de prevenção, de disputa de jovem. Isso para que a gente não sofra como a comunidade da Escola Estadual Sapopemba de São Paulo sofreu, nesta manhã, e outras 15, completando 16 episódios de ataques armados nas escolas neste ano de 2023. Então, acredito que a gente precisa se debruçar em uma política municipal de prevenção das violências na escola e trabalhar com inteligência, trabalhar com dados, trabalhar com gestão, de forma integrada, para que a gente efetivamente possa salvar vidas e garantir um futuro melhor para os nossos estudantes, para as nossas crianças e

para os nossos adolescentes. Então, para finalizar, eu deixo aqui o convite para todos para o Festival da Democracia e da Liberdade, no dia 5 de novembro, no Vila Flores, em Porto Alegre, organizado pela associação Mães e Pais pela Democracia, e seguimos na luta juntos e juntas. Obrigada.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Aline Kerber. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Grande Expediente.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores. Gostaria de, neste período de Grande Expediente, dividir a minha fala em três momentos. No primeiro, momento de celebração, destaco que, na última sexta-feira, um dos sindicatos dos quais eu faço parte, o Sinpro/RS – Sindicato dos Professores da educação privada aqui do nosso Estado – conferiu a instituições, projetos e profissionais o Prêmio Educação RS, destacando e dando valorização a boas práticas no campo da educação. Nós tivemos, então, um momento de celebração das atividades que fazem a diferença na vida das nossas crianças, dos nossos adolescentes. Parabéns, então, ao Sindicato, Sinpro/RS, mais uma vez, pela brilhante homenagem, muito bonita, à qual pude me fazer presente e prestigiar.

Outro momento de minha fala, eu gostaria de pegar o gancho feito pela Ver.<sup>a</sup> Aline Kerber, que aqui me antecedeu, em período de Grande Expediente, a falar sobre mais um atentado que ocorre em uma escola no nosso País. Como foi destacado, ontem mesmo, o deputado federal, filho do ex-presidente da República, manifestou-se em veículos de imprensa no nosso país vizinho, Argentina, fazendo proselitismo em relação ao armamento, a armas de fogo, e um dia depois, um atentado em uma escola. Eu não sei se alguma pessoa racional consegue não associar esses dois movimentos, a manifestação pró-armas e, no dia seguinte, um atentado. Para mim, esses fatos estão umbilicalmente conectados. No momento em que uma pessoa que se apresenta cumprindo uma função importante para o nosso País, membro de um parlamento, faz uma manifestação e sendo figura pública, a fala dele vai repercutir e influenciar o posicionamento e o comportamento das pessoas. Crianças são altamente permeáveis a exemplos, tanto bons exemplos, como péssimos exemplos, como é o caso. E depois de 23 anos em escolas, a gente consegue perceber que o nosso exemplo é ferramenta de educação. Nós ensinamos a partir do exemplo que é dado às nossas crianças, aos nossos adolescentes. E, infelizmente, mais uma vida foi abreviada por conta desse movimento armamentista, irracional que toma conta de boa parte da população deste País. É inadmissível, inadmissível, que não se faça conexão; é agir com desonestidade intelectual, moral, dizer que são coisas dissociadas. O aumento indiscriminado de armas no nosso País está diretamente relacionado ao aumento de fatos violentos, atentado à escola, feminicídios, assassinatos, sim, armas servem para matar pessoas. Eu não defendo armamento da população de forma indiscriminada, porque, óbvio, existem setores como as forças de segurança e as Forças Armadas, que precisam ter equipamento para atuar de forma incisiva às vezes, de forma responsável em prol da segurança pública. Agentes de

segurança podem estar armados recebendo o devido treinamento, agora, armas na mão da população aumentam as chances de desgraças como esta que aconteceu esta manhã em Sapopemba, é lastimável que a nossa sociedade se torne refém da violência. Este jovem, de apenas 15 anos, matou uma colega com a arma do pai, arma regularizada – regularizada! –, não era arma comprada ilegalmente, atravessando fronteiras, onde o Exército deveria atuar com rigor coibindo tráfico internacional de drogas e tráfico de armamentos. O Exército tem um papel importante na sociedade que é o controle das fronteiras, mas o que alguns representantes do Exército fazem em São Paulo? Desviam armas do arsenal, em alguns locais planejam golpes militares, felizmente são reprimidos ou coibidos por parte racional do Exército Brasileiro. Agora, senhoras e senhores, armamento serve, única e exclusivamente, para matar, nós precisamos treinamento, capacitação para os agentes de segurança pública, sim, ampliação da quantidade de guarnições, educação não violenta das nossas crianças. Nós precisamos de cultura de paz, principalmente dentro das escolas, para evitar que desgraças como essa voltem acontecer.

E eu gostaria, no final da minha fala neste período de Grande Expediente, de falar sobre um assunto que ainda não me manifestei, mas estava trabalhando as ideias. No início de outubro, nós tivemos uma operação policial chamada Verba Extra que adentrou espaços da Secretaria Municipal de Educação fazendo apreensão de documentos e equipamentos. As investigações que estão em curso não se referem única e exclusivamente aos atos desta gestão, mas também da gestão anterior, visto que o processo investigativo aborda o período desde 2017, através do pagamento de obras mal feitas ou não feitas nas escolas municipais da nossa cidade. Muitos equipamentos públicos não contam com uma caixa d'água adequada, porque está prestes a ruir, está condenada, como é o caso da caixa d'água da EMEF Heitor Villa Lobos, Parada 4 da Lomba do Pinheiro. Dinheiro pago por obras não feitas, isso é terrível. Mas não são apenas obras que me preocupam, Ver.<sup>a</sup> Aline Kerber, não são apenas obras; é o dinheiro gasto com serviços básicos e continuados como, por exemplo, os serviços de capina nas nossas escolas. Ao visitar uma grande quantidade de escolas da rede municipal no início deste ano, percebi que muitos equipamentos públicos não tinham recebido o serviço básico de capina. E, ao questionar as direções sobre o porquê de o mato estar alto – em muitos locais, passando da cabeça das crianças pequenas –, a direção disse: “A empresa prestadora do serviço esteve aqui, roçou poucos metros quadrados e disse que terminaria o serviço no dia posterior, porque não deu tempo para acabar.” E representantes dessa empresa pediam que as direções assinassem a documentação de que o serviço havia sido concluído. E todos os colegas se negaram a assinar o documento. Eu acredito que nós precisamos montar uma força-tarefa para fazer um pente-fino no pagamento dos serviços continuados que a SMED vem custeando, como o serviço de capina, porque pode ser – estou apenas supondo, conjecturando – que pessoas podem ter dado o aval para a efetuação desses pagamentos, mesmo sem a anuência e a assinatura da direção das escolas. E cabe a esta Casa Legislativa a função fiscalizatória sobre esses serviços. Portanto, convido os vereadores e vereadoras que se preocupam com a educação e com o bom uso dos recursos públicos a montar uma força-tarefa legislativa para fazer essa



identificação, passar contrato após contrato, serviço após serviço, um pente fino nos trabalhos que foram desempenhados em capina em todas as escolas da rede municipal. Não é trabalho simples e rápido; são 98 escolas próprias da nossa rede, incluindo as EMEIs, as EMEFs, as EMEBs. Portanto, vamos começar a contribuir para que as autoridades policiais possam ter mais elementos e subsídios para atuar de forma contundente na coibição do mau uso dos recursos públicos. Como vimos e estamos acompanhando através das CPIs, aqui no Parlamento, provavelmente muito dinheiro da nossa cidade vem escoando pelo ralo há um bom tempo. A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel tem feito um trabalho muito importante, de grande relevância para a nossa cidade e não tem tido bons tempos, porque sofre perseguição, sofre críticas pesadas, mas é nossa atribuição zelar pelo bom uso dos recursos públicos e não ficar blindando secretários, ex-secretárias, assessores, cargos de confiança e funções gratificadas. Trabalho do legislativo é fiscalizar e não blindar agente público! É uma vergonha o papelão que alguns vereadores e vereadoras têm desempenhado nas CPIs, blindagem, passar panos quentes em cima de possíveis desvios de recursos públicos. Isso é inaceitável, é inadmissível! Para quem atua ou até mesmo preside uma CPI, o papel fiscalizatório deveria ser o norteador e não atuar como advogado de ex-secretária! E não atuar como advogado de ex-secretário adjunto! De CC! Não! Fiscalização! Nós somos poder fiscalizatório e não passadores de pano para o Executivo. Se alguém errou, tem que pagar, tem que ser responsabilizado, tem que ser indiciado. Deixo aqui o meu tremendo desconforto com relação ao comportamento de alguns vereadores e vereadoras desta cidade que se preocupam mais em varrer para baixo do tapete os possíveis malfeitos com o dinheiro público da nossa cidade. Eu me solidarizo à Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, que tem sido implacavelmente perseguida – perseguida! –, com cerceamento da sua fala, com críticas e atravessamentos, enquanto tem o direito da palavra, isso é uma vergonha! Respeite-se o parlamentar que está aqui desempenhando as funções que a legislação lhe imputa. Não aceitamos esse tipo de comportamento, isso é vergonhoso! Isso acaba com a reputação desta Casa Legislativa, porque o que o povo pede é que nós, vereadores, vereadoras, agentes públicos em geral, ajamos com correção, com integridade, com honestidade. Esse tipo de ataque desmedido não é fazer contraposição a uma posição de oposição, ou oposta aos interesses do governo, nada disso. Nós precisamos agir, ou deveríamos agir com imparcialidade durante uma CPI, e não como advogados de quem quer que seja. Se usa o espaço, se é convocado para atuar como testemunha ou como possível investigado, que essa pessoa dê o seu depoimento, mas que não haja atravessamentos de quaisquer vereadores e vereadoras na tentativa de defender alguém que está sendo investigado, ou uma testemunha. Para isso existem advogados constituídos, com procuração. Senhoras e senhores, me perdoem o tom elevado da minha fala, mas eu estou engasgado há muito tempo com a atuação vexatória que alguns parlamentares vêm desempenhando na CPI. Não é, volto a reforçar, não é nossa atribuição atuarmos como advogado de quem quer que seja que sente aqui neste espaço para dar seu testemunho. Agradeço a atenção de todos e uma boa tarde de trabalho.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Boa tarde, colegas vereadores, público da TVCâmara que nos acompanha; antes de começar a minha fala, eu gostaria de ter projetado... Diretor Luiz Afonso, se pudeses projetar, eu lhe mandei por WhatsApp.

(Procede-se à apresentação.)

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Papelão – é isso que estão sendo as reuniões da CPI. Papelão de defender o indefensável; papelão de não termos mais integridade ao nos diferenciarmos entre campos opostos políticos, mas sabendo que compete a cada um de nós, como vereadores, defender o bem público, defender a população de Porto Alegre, dar transparência para população de Porto Alegre. Se na CPI estão buscando censurar ou criar regras para fazer soltar materiais, nesta tribuna ainda não, nesta tribuna ainda somos livres, Ver.<sup>a</sup> Aline, para conseguir expressarmos a nossa opinião, expressarmos a nossa voz, que muitas vezes é cerceada. E aqui eu trago este *print* para que todos vejam: a base do governo busca criar uma narrativa que as testemunhas estão sendo intimidadas pela Presidente, que a fala aqui, nas perguntas que eu faço, cria um ambiente intimidador, o que faz com que as testemunhas não falem a verdade, que não se sintam confortáveis de falar, que elas estejam aqui sendo cooptadas, como diz o líder do governo, dizendo que nós vamos anular as provas. E o governo já não deixa anexarmos ou pedirmos para o Executivo informações. Hoje mesmo foi negado, neste plenário, o acesso à agenda da secretária Sônia, o acesso à auditoria que a Prefeitura fez, que deveria estar disponível para cada cidadão de Porto Alegre, não está nem disponível para o cidadão que deveria fiscalizar, que somos nós, vereadores. Se não está disponível para os vereadores, por que não dar luz à informação? Por que não termos acessos a materiais que foram investigados pela Polícia Federal há cinco anos? Qual é o medo? E aqui eu mostro o medo: o medo é que, uma semana antes da servidora Mabel vir aqui depor, o gabinete do prefeito, o GP, buscou saber da secretária Sônia se a Mabel estava tendo conversas com secretários, vereadores e ver se ela era de confiança, se estava tudo organizado. E é sobre isso. As narrativas vão vir aqui, vão me suceder e a base do governo tem muito mais vereadores. Então, sim, hoje é dia de apanhar, mas é dia de apanhar por cada um dos cidadãos de Porto Alegre que não tem voz; é dia de apanhar pela integridade de quem dorme todos os dias sabendo que a verdade está sendo mostrada para a população de Porto Alegre. E que o gabinete do prefeito está envolvido em cercear o trabalho da CPI, Ver. Alex Fraga. Não são os vereadores, por sua livre e espontânea vontade; é o gabinete do prefeito! Por isso que, hoje, quando o líder do governo começou a fazer toda uma narrativa, eu perguntei: “Esse é o seu posicionamento, Ver. Idenir Cecchim? Ou é o posicionamento da Prefeitura de Porto Alegre?” Porque me parece ser quem está participando, de maneira oculta, da CPI. Quem participa de maneira oculta da CPI é o

gabinete do prefeito. Eu gostaria que tivessem nomes, mas as pessoas têm medo. Esse WhatsApp mostra que a secretária Sônia tem medo, e por isso que ela não fala. E todos têm medo. E por isso que nós sabemos que esse ambiente intimidador que a base cria é para dar medo para as testemunhas. E gostaria de reforçar que aqui nós estaremos trabalhando com material na CPI, no plenário porque nós temos muitos materiais, e Porto Alegre quer respostas, e Porto Alegre está tendo respostas. Que pena que a gente vê ainda posicionamentos que buscam cercear a fala, buscam cessar ou suspender o meu mandato como vereadora e buscam tirar da população de Porto Alegre o bem mais precioso, que é a transparência e a liberdade de saber o que está acontecendo dentro da nossa capital. Obrigada.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Ver.<sup>a</sup> Cláudia, a gente dá importância para quem tem importância e não para quem pensa que tem. Eu acho que aqui não tem tanta importância assim quem gostaria de ter. Fala para o vento, porque só o vento leva umas palavras como essas; fala num tom provocativo, pensando que alguém vai se assustar. Como é que uma vereadora vem aqui e diz que tem cópias – na minha época eram cópias – de WhatsApp do gabinete do prefeito? Isso, sim, é feio – isso, sim, é feio. Querer trazer coisas fantasiosas, ilegais, vergonhosas, porque não tem nada para dizer de peito aberto, é comentarista de resultados. Sabem que uma vez um vereador olhou para uma outra vereadora, lá numa comissão, não foi aqui no plenário, e disse: “Vereadora, eu não estou preocupado com a senhora porque a senhora tem um voo de galinha”, é aquele voo curto, é um mandato só – é um mandato só –, porque perdeu o apoio no seu próprio partido, envergonha o seu próprio partido e tenta chamar a atenção do prefeito. O prefeito tem tanta coisa mais importante para fazer do que responder balelas – balelas! – de vereadoras que fazem comentários aqui, depois de ter consultado alguém e diz a ela: “A senhora vai ser vítima, aproveite e fale sobre isso. Fale que a senhora é mulher e por isso que estão lhe atacando. Fale que o povo está escutando”. Não está, o povo não dá bola, o povo não acredita nessa cantilena, o povo sabe quem quer fazer média, quem quer fazer demagogia, quem quer fazer palavras rasteiras, quem quer se promover à custa de reputações. Isso é tão feio, tão baixo que não merece ser respondido, que não merece atenção. Se é chamar atenção que essa vereadora quer, ela não está conseguindo, ela só está dentro da sua bolha. Encontrei pessoas do partido dela dizendo: “Nós somos diferentes”, e realmente são. Realmente são diferentes, são pessoas que têm o senso do ridículo, e mais: são pessoas que têm responsabilidade com eles mesmos, com a cidade e com a verdade. Não vamos nos iludir não, ninguém mais da base vai responder a esse tipo de pronunciamento. Ninguém acredita mais nessas falcatuas apresentadas de WhatsApp. Ninguém mais vai acreditar em alguém que está sendo denunciada, por escrito, por testemunhas, de terem sido coagidas. Ninguém mais vai dar ouvidos, fazer comentários, pedir restrições para

alguém que não merece, para alguém que não tem tamanho, não tem tamanho para cobrar qualquer coisa de ninguém! Faltam centímetros da régua moral para vir aqui e falar do prefeito de Porto Alegre – faltam centímetros da régua moral para fazer isso! E nós, Ver.<sup>a</sup> Mônica, estamos aqui, às vezes, escutando e, às vezes, fazendo de conta que estamos escutando para que não se sintam tão ridícula, que todos nós sabemos que é, mas nós fazemos uma força enorme para que pense que não é. Então, encerro por aqui o período de Liderança, pode ser que agora tenham mais vereadores que queiram falar, e nós vamos escutar, mas não é a resposta que eu vim aqui dar; eu vim aqui fazer uma constatação: falta tamanho para nos provocar, Ver.<sup>a</sup> Mônica, falta tamanho, moral, inclusive.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Vereador-Presidente, colegas vereadoras, vereadores, tenho a honra de falar aqui em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores. Antes de qualquer coisa, quero cumprimentar a Ver.<sup>a</sup> Aline Kerber, que aqui nos deu uma aula sobre questões da educação pública no Município de Porto Alegre. Fiquei muito atento, anotei alguns elementos que acho são muito importantes. Eu acho que os conflitos que a gente tem visto, inclusive de violência escolar, eles só serão superpassados, Ver. Cecchim, se nós criarmos um grande movimento de articulação das escolas – Executivo, Legislativo e Conselho Tutelar. Tem um senador bastante conservador de Santa Catarina, que foi governador, que inclusive disse que deveríamos usar os agentes de saúde, Ver. Oliboni – que conhece como ninguém esse assunto –, para ser a “ponta de lança” e a interlocução para outras temáticas junto às famílias, como, por exemplo, o crédito com as instituições comunitárias de crédito. Eu já comecei a falar com alguns vereadores que têm alguma relação, e eu conversei um pouco sobre a questão que tenho um projeto de lei aqui, que está na Ordem do Dia, que se chama Instituto da Mediação Escolar. Esse instituto da mediação em Porto Alegre foi instituído no mês de dezembro de 2016, e nós já tivemos muitas mediações. Ver. Tiago, já vi que na mediação que foi feita naquela enchente ali com Alvorada, que ocorreu em 2013, já se resolveram 75% dos casos; mas ainda há muitas coisas pendentes daquela enchente de 2003. O instituto da mediação é muito importante. Antes, a vereadora se referiu à questão da psicologia, gostei muito da sua fala quando a senhora coloca que não é a inteligência artificial que vai resolver; nós podemos utilizá-la, vereadora, podemos utilizá-la, mas são as pessoas que vão resolver os problemas na sua predisposição, Ver.<sup>a</sup> Mônica, de estar aberta à escuta. O instituto da mediação no ensino, na aprendizagem, nas escolas, nas comunidades é algo fundamental. Então, queremos ver se conseguimos aprovar o projeto Instituto da Mediação, e não será uma coisa do Adeli Sell, até porque eu bebo em várias fontes. Falava com o Ver. José Freitas agora na questão da justiça restaurativa, pois ele já foi conselheiro tutelar e sabe muito bem como tratar dessa questão. Portanto, quero abrir neste plenário uma discussão clara, cristalina, sincera sobre como levar adiante esse projeto. Não quero simplesmente aprovar, se é para aprovar para dizer: “Ah, aprovamos

o projeto do Adeli”, não, então não quero que aprove agora, então quero que se discuta mais. Mas teve bastante tempo, passou nas comissões, já está na Ordem do Dia há bastante tempo, e vi que teve apoio nas comissões. Mas eu queria era o compromisso coletivo desta Casa Legislativa para levar isso adiante, porque nós temos pessoas que são especialistas nessa área, nós temos alguns que foram conselheiros tutelares, temos psicólogos, temos pessoas que tratam de temas da comunidade, enfim, e nós temos que ir paulatinamente trabalhando essa questão, inclusive com algumas pessoas que não são especialistas na área, mas têm relações comunitárias, por exemplo, Ver.<sup>a</sup> Cláudia. É por isso que nós precisamos articular, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, com todos os segmentos sociais, principalmente a comunidade escolar. Sem pais, sem as mães, não há como a gente levar esse projeto adiante.

Então, eu deixo aqui o meu apelo para que a gente discuta, Ver.<sup>a</sup> Aline, a senhora que se tornou uma pessoa especialista nessa questão da educação, mobiliza, articula amplos setores em que a gente possa discutir isso com vagar, em que possa estar junto com outras pessoas, a comunidade escolar, os professores. Há muitos conflitos dentro da escola, entre os professores, isso há 15, 20 anos, não existia essa segmentação, esse racha entre os professores, alguns de um lado com o diretor, com a diretora, outros do outro lado, uns com a comunidade, outros contra a comunidade.

Portanto lanço aqui esse apelo para um amplo processo de discussão e mobilização, agradecendo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores. Ver. Oliboni, nós queremos levar esse projeto adiante. Muito obrigado.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Lider, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o nosso Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. O governo Lula, através da Portaria n° 1.248, beneficia mais de 21 milhões de cidadãos e cidadãs neste País, isentando pagamento da prestação do seu imóvel do programa Minha Casa, Minha Vida, Ver. Claudio Conceição. Olha só, 21 milhões de famílias. Todo cidadão e cidadã que foram beneficiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida e que recebem o Bolsa Família, ou o Benefício de Prestação Continuada – BPC, para pessoas com deficiência ou idosos, estão com seus apartamentos quitados; isso não é uma boa notícia? É uma excelente notícia. Porém, tem um pequeno problema, e esse problema, Ver. Ramiro, foi criado pela gestão dos condomínios. Eu visitei, esse final de semana, um condomínio com mais de 560 unidades, pagam de prestação, ou parte deles pagava, de R\$ 60,00 a R\$ 80,00, e o seu condomínio varia de R\$ 240,00 a R\$ 300,00. Existe uma infinidade de inadimplentes. Esse condomínio tem um negativo de mais de R\$ 30 mil. Os senhores e as senhoras acham justo? O governo faz a sua parte, e uma má gestão, eu diria com naturalidade, uma má gestão condominial, vai cobrar do seu proprietário um valor tão alto, quase inviabilizando as pessoas a morarem, a pertencerem a esse condomínio que, em tese, quem na verdade subsidiou, foi

o recurso público do governo federal. É preciso nós, também nesse aspecto, mudarmos a lei, porque é inadmissível que inclusive muitos cidadãos, depois de um ano, dois anos atrasados, judicializados, estejam perdendo seus apartamentos. Então, é lamentável que, por um lado, tenha uma excelente notícia do governo federal, quitando o imóvel de quem é beneficiário do programa Minha Casa, Minha Vida, através do Bolsa Família, do BPC, e, por um outro lado, uma má gestão de um condomínio, possivelmente, esteja colocando esses cidadãos com baixa renda, ou menos que um salário mínimo, em xeque a sua moradia, correndo o risco de voltar, muitos deles, inclusive, a serem moradores de rua. É lamentável. Estamos recebendo esses moradores, estamos recebendo todos os condomínios que passam por esse problema, enquanto mandato, e encaminharemos ao governo federal sugestões importantes para poder fazer um regramento também na gestão dos condomínios do programa Minha Casa, Minha Vida.

Por outro lado, eu queria abordar também o programa do governo Lula, mais uma vez, de reconstrução das escolas técnicas e dos institutos federais pelo Brasil afora. Lá atrás existia uma lei do governo federal impedindo o avanço, ou a constituição ou a ampliação das escolas técnicas pelo Brasil afora; o governo Lula ampliou em todo o Brasil, com mais de 600 Institutos Federais – IFs. Aqui em Porto Alegre teve dois institutos, na Restinga e no centro da cidade, onde era a Ulbra, o próprio governo federal acabou encampando a área da antiga Ulbra, por uma dívida da própria instituição, instituindo um instituto federal. Neste ano, fizemos uma frente parlamentar aqui, nobre Presidente, que está debatendo esse assunto, que tem o meu amigo e colega, Ver. Giovanni Culau como vice– presidente da comissão, discutindo esse assunto em quatro regiões da cidade, já fizemos no Extremo-Sul, na região norte; fizemos, nesta última sexta-feira, na região leste; no próximo dia 9, faremos aqui, no 4º Distrito, para poder discutir, no mínimo, mais dois institutos federais e extensões desses atuais, para bairros que ora estão demandando escolas técnicas para profissionalizar, principalmente a juventude. Então, nesse sentido, é mais que importante esses programas do governo federal chegarem na vida do cidadão, nas suas cidades, nos estados e municípios para poder capitalizar para melhorar a vida do cidadão. Muito obrigado.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Bem, eu subo a esta tribuna, Presidente Hamilton, colegas vereadores, porque a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel acaba de colocar no telão um *print* de uma conversa com a ex-servidora Mabel. Nós tivemos, hoje pela manhã, como todos sabem, a CPI, que nós temos todas as segundas-feiras, e é bom lembrar que essa mesma servidora Mabel enviou um vídeo com uma declaração em que ela diz que não autorizou a divulgação dessas conversas e reafirmou a veracidade das informações prestadas no seu depoimento. Além disso, nesse vídeo, a ex-servidora Mabel colocou em dúvida a validade das conversas e mensagens entre ela e a Ver.<sup>a</sup> Mari, o que é muito grave ao meu entender, do meu ponto de vista. É importante que os vereadores

saibam, vejam, ouçam, e que isso não fique somente no âmbito da CPI, porque o discurso é um, mas as pessoas da sociedade precisam saber a realidade dos fatos. Então, eu gostaria de solicitar que fosse colocado o vídeo da servidora Mabel, que foi enviado e que muitas pessoas não sabem sobre o vídeo ou não o ouviram. Por favor.

(Problemas técnicos na apresentação.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Estão suspensos os trabalhos para a resolução de problemas técnicos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h52min.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** (15h55min) Estão reabertos os trabalhos.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Eu vou tentar colocar, pelo meu celular, o áudio, para a gente ouvir, enquanto eles vão tentando, para o pessoal poder ouvir.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Só um pouquinho, vereadora, vamos reiniciar o seu tempo aqui.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Depois o áudio e o vídeo vão ficar disponíveis para quem tiver interesse; a gente pode colocar no grupo dos vereadores.

(Procede-se à apresentação.)

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Não dá para ouvir?

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Está muito ruim, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, tente pegar o microfone de apartes.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Vamos tentar.

(Procede-se à apresentação.)

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Bom, Presidente, eu vou terminar minha fala daqui. Só para dizer que, assim como disse a ex-servidora Mabel que ela não autorizou a utilização de nenhuma fala dela, e não foi aprovada essa quebra de sigilo, essas provas não podem fazer parte desta CPI da forma como está acontecendo. Quero dizer, para encerrar, que mentira se combate com verdade. A CPI é para investigar, não para fazer politicagem. Obrigada.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB):** Boa tarde, quero saudar aqui o Presidente desta Casa, os colegas vereadores, o público que nos assiste. Quero compartilhar que estamos no mês de outubro e, neste mês, a minha igreja evangélica, a Assembleia de Deus, está celebrando 99 anos de idade. Eu quero parabenizar a igreja por este aniversário, por 99 anos de existência, e lembrar o Livro de Salmos, 126, que diz: “Grandes coisas fez o Senhor por nós, e por isso estamos alegres.” Como psicóloga, vereadora e cristã, e nesta Casa representando também a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, acima de tudo, como alguém que cresceu nesta casa de adoração, de louvor, este é um momento de grande significado para todos nós. Sou esposa do evangelista Elizandro Sabino, que é um pregador, que tem levado a palavra de Deus, pregado a palavra de Deus desde os 14 anos de idade, sou filha do pastor Pazzim, que é o advogado da convenção da Igreja, sou nora do pastor Eliseu Sabino, que inclusive, já foi vereador aqui nesta Casa; a minha mãe, a Izabel, faz um trabalho social muito bonito no distrito do Cristal, com as irmãs da igreja. Para mim, hoje, é um orgulho muito grande estar aqui, nessa tribuna, aqui nesta Casa, registrando o aniversário da Igreja Evangélica Assembleia de Deus.

Ao longo dos anos, a nossa igreja tem sido um farol de generosidade e compaixão; há quase um século compartilhamos a mensagem do evangelho, que é o amor ao próximo. E tudo isso foi possível porque Deus guiou os nossos líderes, os nossos pastores e fortaleceu a nossa fé. E é esse espírito de serviço que me levou então a propor uma lei municipal que já está no nosso Calendário Oficial de Datas, aqui de Porto Alegre, que é o Dia da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, a ser celebrado no dia 19 de outubro.

Hoje, ao olhar para nossa história de 99 anos, nós vemos uma história repleta de histórias de superação, de vitórias, de vidas transformadas e contemplamos também um futuro promissor e abençoado por Deus.

Quero destacar minha sincera gratidão a cada membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, desde os seus pioneiros até os nossos líderes, nossos irmãos, que têm feito um trabalho exemplar, a minha gratidão a todos os pastores, obreiros, irmãos, irmãs, que têm realizado a obra de Deus. Parabenizo as nossas lideranças, pastor Geraldino Silva, presidente da Ciepadergs e a sua esposa irmã Lenir; parabenizo também o meu pastor, o pastor João de Oliveira, que é o pastor presidente da Igreja Evangélica aqui de Porto Alegre, bem como a sua esposa, irmã Eunice, e, em nome desses líderes, quero saudar toda a nossa amada igreja. Que Deus continue sendo uma fonte de inspiração e bênçãos nas nossas vidas. Feliz aniversário, 99 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, que Deus abençoe a nossa Nação. Muito obrigada.



**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar nos períodos de Pauta Especial e Pauta. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**  
Passamos à

## **PAUTA ESPECIAL – DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/10 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 1100/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 035/23**, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2024. **(SEI 118.00598/2023-13)**

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.  
Passamos à

## **PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0995/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 019/23**, que altera os subitens 15.01, 15.06, 15.14 e 15.15 da Tabela XII da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, reduzindo as alíquotas dos serviços enquadrados nos subitens 15.01, 15.06, 15.14 e 15.15 para 3% no ano de 2024, 2,5% no ano de 2025 e 2% a partir de 2026. **(SEI 118.00576/2023-45)**

**PROC. Nº 0996/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 020/23**, que cria a Secretaria Municipal de Inovação e Transformação Digital (SMIT) e a Secretaria Municipal de Comunicação (SMCom), extingue o Gabinete da Inovação e dá outras providências. **(SEI 118.00577/2023-90)**

**PROC. Nº 1076/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 021/23**, que altera o § 4º do art. 10, o inc. XXIX e inclui os incs. XXXIII e XXXIV no *caput* e os §§ 18, 19 e 20 no art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973; inclui o inc. VIII no § 3º do art. 3º da Lei Complementar nº 113, de 21 de dezembro de 1984; altera o parágrafo único do art. 9º, o inc. IV do art.12, inclui a alínea *d* no inc. I, o

inc. IX e os §§ 9º, 10 e 11, todos no art. 8º, o § 4º no art.12 e revoga os §§ 2º e 3º do art. 12 da Lei Complementar 197, de 21 de março de 1989; altera o art. 19 da Lei Complementar nº 945, de 8 de julho de 2022, dispondo sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Lixo (TCL). (SEI 118.00593/2023-82)

**PROC. Nº 0298/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 118/20**, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que cria o Programa de Fortalecimento da Agroecologia e da Produção Orgânica. (SEI 155.00026/2020-46)

**PROC. Nº 0710/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 396/23**, de autoria da Verª Biga Pereira, que institui mecanismos a serem observados nos editais de licitação e nos contratos de serviços continuados do Município de Porto Alegre, a fim de garantir o cumprimento de obrigações trabalhistas nas contratações. (SEI 299.00091/2023-61)

**PROC. Nº 1017/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 597/23**, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que institui o programa Linhas de Ônibus da Saúde e cria a linha inter- -hospitais no Município de Porto Alegre. (SEI 154.00068/2023-21)

**PROC. Nº 1018/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 598/23**, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que denomina Rua Luzia Mateus da Silva o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 3097, Loteamento Vila Dutra Jardim, localizado no Bairro Rubem Berta. (SEI 039.00110/2023-48)

**PROC. Nº 1028/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 607/23**, de autoria da Verª Biga Pereira, que denomina Rua Therezinha Zerbini o logradouro conhecido como Rua 405, localizado entre a Rua Diógenes Arruda Câmara e a Rua Maria Trindade, no Bairro Farrapos. (SEI 299.00133/2023-64)

**PROC. Nº 1054/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 619/23**, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Alameda Dolores Gomes da Costa o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco Um – Rua do Jesuíno, localizado no Bairro Boa Vista do Sul. (SEI 165.00218/2023-95)

**PROC. Nº 1059/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 622/23**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre à senhora Sabrina dos Santos Brum. (SEI 041.00076/2023-07)

**PROC. Nº 1073/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 032/23**, que altera os incs. I e II do *caput* e os §§ 1º e 3º do art. 38-A, o *caput*, seu inc. III e o § 1º do art. 38-C, *caput* do art. 38-D; inclui o § 5º no art. 38-A da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008 e revoga o inc. II e o § 2º do art. 38-C da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008 e a

Lei nº 10.725, de 13 de julho de 2009, dispondo sobre o exercício do comércio em *trailer*.  
(SEI 118.00590/2023-49)

**PROC. Nº 1075/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 033/23**, que cria Cargos em Comissão (CC) e Funções Gratificadas (FG) a serem lotados na Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos (SMPAE) alterando o Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, que estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários da Administração Centralizada do Município; dispõe sobre o Plano de Pagamento e dá outras providências. (SEI 118.00592/2023-38)

**PROC. Nº 1021/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 078/23**, de autoria do Ver. Juan César SAVEDRA, que concede a Comenda Porto do Sol à Associação Cultural de Estudos Filosóficos do Rio Grande do Sul – Nova Acrópole/Porto Alegre. (SEI 245.00003/2023-75)

**PROC. Nº 1032/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 079/23**, de autoria do Ver. Giovane Byl, que concede o Diploma Honra ao Mérito a Jucelio Nunes Prattes. (SEI 158.00166/2023-64)

**PROC. Nº 1045/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 080/23**, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Irmandade Santa Casa de Misericórdia. (SEI 207.00037/2023-06)

**PROC. Nº 1070/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 083/23**, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Paulo Brack. (SEI 207.00039/2023-97)

## 2ª SESSÃO

**PROC. Nº 0296/23 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/23**, de autoria dos Vers. Roberto Robaina, Pedro Ruas, Marcelo Sgarbossa, Aldacir Oliboni, Jonas Reis, Prof. Alex Fraga, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo e das Ver<sup>as</sup> Karen Santos e Biga Pereira, que susta o Decreto nº 21.941, de 11 de abril de 2023, que dispõe sobre o acesso às escolas por cidadãos que não integram a comunidade escolar às dependências das escolas da rede pública municipal de ensino com a finalidade de ministrar aulas e/ou proferir palestras. (SEI 050.00032/2023-60)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

(16h09min) Havendo quórum, passamos à

## ORDEM DO DIA

## DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0665/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 075/18**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e dos Vers. Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, que inclui inc. XI no *caput* do art. 2º da Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009, – que institui o Portal Transparência Porto Alegre, revoga as Leis nºs 8.480, de 27 de abril de 2000, e 8.836, de 18 de dezembro de 2001, e dá outras providências – e alterações posteriores, incluindo atas das reuniões dos Conselhos de Administração das entidades públicas municipais em rol de informações detalhadas que o Portal Transparência Porto Alegre tem por finalidade divulgar. (SEI 087.00014/2020-17)

### Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Reginaldo Pujol: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Moisés Barbosa: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver<sup>a</sup> Karen Santos: pela aprovação do Projeto.

### Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 11-04-22.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em discussão o [PLL nº 075/18](#). (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores. Subo à tribuna para discutir o projeto de nossa autoria, acompanhado pela ex-vereadora Fernanda Melchionna, atualmente nossa deputada federal; e pelo Ver. Roberto Robaina, atualmente líder da oposição. Um dos assuntos o qual a bancada do PSOL se atenta é trabalhar em prol da ampliação da transparência dos atos administrativos no Município de Porto Alegre.

Senhoras e senhores, a participação política não deve se restringir única e exclusivamente ao ato do voto de dois em dois anos; é necessário que a população se aproprie dos assuntos que são debatidos dentro desta Casa Legislativa e dos atos de governo que acontecem dentro das paredes do Executivo. Quanto mais a população pode se apropriar dos temas que são debatidos, das decisões que afetam a vida dos cidadãos da cidade de Porto Alegre, mais nós enriquecemos a participação coletiva da população, que pode cobrar de forma mais enfática os rumos que a sua cidade tem tomado. A nossa iniciativa visa justamente ampliar a transparência do que acontece dentro das reuniões administrativas dos conselhos de administração dos órgãos da cidade de Porto Alegre. Nós não podemos ter apenas decisões de gabinete que não tenham repercussão ou

divulgação para a população da nossa cidade. É necessário que os porto-alegrenses possam se apropriar do que está acontecendo no governo da nossa capital.

Portanto a nossa iniciativa visa a dar transparência, visto que esse é um dos temas que norteia os princípios da administração pública: transparência, assim como outros também relevantes. E visando justamente ampliar a possibilidade do cidadão e da cidadã de Porto Alegre de tomarem conhecimento do que acontece nos espaços de decisão e atuação política, que a nossa iniciativa visa incluir, no Portal Transparência, o registro das atas das reuniões dos conselhos de administração dos órgãos do Município de Porto Alegre, para a que o cidadão possa identificar o que está sendo tratado, os rumos que a sua cidade está tomando e possa, de certa forma, manifestar o seu apoio ou a sua contrariedade, visto que a participação popular é fundamental para construir uma cidade para todos e todas.

Agradeço a atenção, Ver. João Bosco Vaz, que me ouve com bastante atenção, e o Ver. Tiago Albrecht. Esperamos ter a aprovação de mais um mecanismo que possa reforçar a transparência dos atos governamentais na nossa cidade. Eu sei e tenho acompanhado, desde que pisei aqui pela primeira vez, que a bancada do Partido NOVO também tem inúmeras iniciativas que aprimorem a transparência na cidade de Porto Alegre, e peço o apoio de todas e todos. Muito obrigado pela atenção, e sigamos nossos trabalhos nesta tarde.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 075/18.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Caro Presidente Hamilton, Sra. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; eu vou conversar, quem me dá a honra de me ouvir, com o Ver. Alex Fraga. Ver. Alex, acho que o projeto é interessante mesmo. Agora, uma pergunta que eu preciso fazer, não sei se estou um tanto atrapalhado, ou não, mas, às vezes, nessas reuniões de conselho de administração de empresas, existem algumas definições estratégicas e até de sigilo. Não sei se isso pode acontecer com as nossas empresas do Município, ou não. Portanto, se não tiver problema, eu voto favorável; agora, se tiver algum problema, nós temos que pensar um pouco e dar uma olhada se é bom para a empresa, porque nós precisamos zelar pelas nossas empresas públicas, além, é claro, da transparência. Obrigado.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o PLL nº 075/18. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** É bem breve o meu encaminhamento, por isso vou fazer aqui do microfone de apartes. Na verdade, nós temos um parecer com relação a esse projeto que diz ter existência de óbice, porque interfere na competência do Executivo. Também diz que, apesar da proposta ser relevante, de

profunda relevância, já está sendo aplicada pelo Poder Executivo. A EPTC, a Procempa, todos os conselhos administrativos já executam esse tipo de transparência, com disposição para qualquer cidadão e cidadã que consultar quaisquer informações pelo Portal da Transparência e com atendimento presencial em quaisquer espaços do poder público. Ou seja, isso já acontece. Apesar de meritório o projeto, nós votamos pela rejeição, como base do governo.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 075/18, como coautor.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Eu, rapidamente, agradeço o Ver. Hamilton Sossmeier, nosso Presidente, pela oportunidade em poder me manifestar ainda em período de encaminhamento. Mas é importante que nós tenhamos a formalização legal como uma obrigação aos órgãos governamentais, para que não se torne de escolha dos gestores. Ao instituímos como lei a prática da publicação das atas dos conselhos administrativos, formalmente nós criamos, de certa forma, uma práxis, uma prática no Município de Porto Alegre, que é dar visibilidade a todos os atos, não apenas àqueles que são tidos como pertinentes, ou não, por conta de quem está encabeçando o Executivo ou gerindo estes equipamentos importantes na cidade de Porto Alegre. A formalização legal é fundamental para que nós possamos dar visibilidade a todos os atos administrativos e não apenas àqueles que forem julgados pertinentes ou não.

Agradeço a atenção dos vereadores e vereadoras, mas deixo aqui a nossa colocação, em nome da bancada do PSOL. E aqui subo fazendo o encaminhamento em meu nome, em nome da Ver.<sup>a</sup> Fran Rodrigues, Ver.<sup>a</sup> Aline Kerber e Ver.<sup>a</sup> Karen Santos. Muito obrigado.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, o PLL nº 075/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO**, por 18 votos **NÃO**; 14 votos **SIM**.

**Vereador Alvoni Medina (REP) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito que o PLL nº 003/23, de minha autoria, seja retirado da priorização de hoje e passe a ser o primeiro a ser apreciado na sessão prevista para quarta-feira, dia 25 de outubro.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento do Ver. Alvoni Medina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Solicito que o Ver. Aírto Ferronato assuma a presidência em virtude da autoria do próximo projeto a ser apreciado.

(O Ver. Aírto Ferronato assume a presidência dos trabalhos.)

## DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0808/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 335/21**, de autoria dos Vers. Giovani Culau e Coletivo, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier e Aldacir Oliboni e das Ver<sup>as</sup> Cláudia Araújo, Psicóloga Tanise Sabino, Lourdes Sprenger e Daiana Santos, que institui o Programa Municipal de Prevenção ao Suicídio e de Promoção do Direito ao Acesso à Saúde Mental entre Jovens e Adolescentes. (SEI 234.00010/2021-16)

### **Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Pedro Ruas: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

### **Observações:**

- com Emenda nº 01, do Ver. Jessé Sangalli (Líder da Bancada do Cidadania);
- com Emenda nº 02, do Ver. Giovani Culau e Coletivo (Líder da Bancada do PCdoB);
- incluído na Ordem do Dia em 05-06-23.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Em discussão o [PLL nº 335/21](#). (Pausa.) O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Ver. Ferronato, que preside a sessão neste momento; demais colegas vereadores e vereadoras; as razões que fizeram com que apresentássemos este projeto de lei para a Câmara desta cidade são muitas, e eu gostaria de compartilhar algumas delas, Ver. Oliboni, com o conjunto do plenário. A primeira é que o suicídio é a segunda causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos, segundo a Organização Mundial da Saúde. Infelizmente, ao longo dos últimos anos, as taxas de suicídio cresceram no nosso País, e hoje o Rio Grande do Sul é o Estado com a maior taxa de suicídios no País.

Quando nós analisamos os dados de autolesão, de autoagressão, nós identificamos que são exatamente os jovens de 15 a 29 anos aqueles com o maior número de notificação de autoagressão e de autolesão. Isso são dados que revelam que o adoecimento, que o sofrimento psíquico e psicológico são um dos grandes dilemas da juventude no Brasil e no mundo. Isso se relaciona, Ver.<sup>a</sup> Biga, com o momento de crise em que nós vivemos, em que aumentam as pressões que impactam a juventude brasileira e gaúcha. Isso motivou que, ainda em 2021, o nosso mandato, que tem o compromisso de representar a juventude de Porto Alegre, propusesse, para a Câmara e para a cidade, a instituição, Ver.<sup>a</sup> Mônica, de um Programa Municipal de Prevenção ao Suicídio e de

Promoção do Direito ao Acesso à Saúde Mental entre Jovens e Adolescentes da nossa cidade. Esse projeto de lei, vereadores e vereadoras, tem o objetivo de mobilizar a sociedade, de mobilizar Porto Alegre, com ações de valorização da vida, mobilizar a nossa cidade com a capacitação de servidores e servidoras municipais para que sejam capazes de perceber comportamentos e fatores de risco, Ver. Cecchim, para que nós possamos conscientizar o conjunto da sociedade, em perceber os sintomas que demonstram o adoecimento psíquico da nossa juventude.

E é por isso que eu quero agradecer nominalmente a Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise, a Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, o Ver. Hamilton Sossmeier, a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, o Ver. Giovane Byl, o Ver. Aldacir Oliboni, a Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos, que, junto com o nosso mandato coletivo, são coautores desse projeto que eu peço, faço um apelo, para que possa ser aprovado, por unanimidade, na tarde de hoje. Tenho certeza de que, para além dos vereadores e vereadoras que são coautores, outros vereadores e vereadoras também apoiam esse projeto, como já recebi as declarações dos vereadores da oposição, do Ver. Claudio Janta, que manifestou que gostaria de ser signatário. E eu entendo que hoje nós podemos dar o importante passo em Porto Alegre para que, além das diretrizes que eu já mencionei aqui, Ver.<sup>a</sup> Aline, Porto Alegre possa se desafiar a ter canais de fácil acesso para que a juventude da nossa cidade possa recorrer em momentos de dificuldade e crise. Para que nós possamos assegurar acompanhamento, tratamento para todos aqueles e aquelas que realizam tentativa de suicídio na nossa cidade. Enfim, nós não podemos mais permitir, Ver. Oliboni, que o tema da saúde mental seja tratado enquanto um tabu. Mais do que isso, nós precisamos entender que o tema de saúde mental precisa ter assegurado pelo SUS – Sistema Único de Saúde, o acompanhamento e tratamento como todas as demais necessidades de saúde na nossa cidade. Por isso, peço o apoio de todos os nobres colegas da Câmara de Porto Alegre. Muito obrigado.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 335/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 335/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 335/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento):** Presidente, eu estou com a EPTC sobre a possibilidade de nós emendarmos esse projeto, então, eu gostaria de solicitar a retirada do PLL nº 453/22 da ordem de priorização de votação.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**



**Vereador Jessé Sangalli (Cidadania) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 015/21 da ordem de priorização de votação.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**Vereadora Mari Pimentel (NOVO) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que o PLL nº 403/22 seja a última matéria a ser apreciada na Ordem do Dia de hoje.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 2428/07 - PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 074/07**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 7.591, de 10 de janeiro de 1995, e alterações posteriores, obrigando os estabelecimentos comerciais e supermercados com área construída superior a 6.000m<sup>2</sup> (seis mil metros quadrados) a manterem, no mínimo, 02 (duas) cadeiras de rodas motorizadas à disposição de deficientes físicos e de pessoas circunstancialmente necessitadas. **(SEI 008.00016/2020-77)**

#### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Valdir Caetano: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto; Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da Emenda nº 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Paulinho Motorista: pela rejeição do Projeto (empatado);
- da **CEDECONDH**. Relatora Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia: pela rejeição do Projeto.

#### **Observações:**

- a Emenda nº 01 restou prejudicada;
- adiada a discussão por duas Sessões em 27-09-27;
- incluído na Ordem do Dia em 08-02-21.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Em discussão o [PLL nº 074/07](#).

**Vereador Claudio Janta (SD):** Só uma informação, desde quando esse projeto está tramitando na Casa? Tem vereadores aí que já passaram há um bom tempo pela Casa.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Desde 2007, quase 20 anos. Satisfeito, Ver. Janta?

Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 074/07. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores, eu subo à tribuna para fazer o encaminhamento do projeto de autoria do Ver. Márcio Bins Ely; agradeço a minha bancada, às vereadoras, neste momento, Fran Rodrigues, Aline Kerber e Karen Santos, para pedir, em nome do vereador-autor, o apoio a essa iniciativa. Supermercados que tenham uma área construída superior a 6.000 metros quadrados são supermercados grandes, a gente não está falando de mercadinhos de bairro, que lutam dia a dia para custear a sua folha salarial de empregados, são grandes, grandes empresas; portanto, poderiam organizar as suas finanças para justamente colocar à disposição duas cadeiras de rodas, não é um número vultoso, é um número modesto. Sabemos, para aqueles que fazem compras com regularidade, que a dificuldade de mobilidade entre as pessoas é um grande problema, para pessoas cadeirantes acessar muitas vezes alimentos que ficam em prateleiras em níveis superiores é uma prática que requer ajuda de outros indivíduos, de outros clientes. Pelo menos, através dessa iniciativa, poderemos estar tentando contribuir para que essas pessoas possam ter minimamente uma mobilidade facilitada, dentro destes estabelecimentos. Voltando a afirmar, a proposta legislativa disponibiliza duas, só duas cadeiras de rodas motorizadas; para aquele que está fazendo as compras, Ver. Márcio Bins Ely, ter que movimentar a sua cadeira manual, fazer as compras, organizar cesta, carrinhos é algo que, praticamente, inviabiliza um direito seu, que é o direito ao consumo dos seus itens de subsistência. Portanto, apoiamos a sua iniciativa, esperamos ver a aprovação desse projeto de lei. Muito obrigado, boa tarde.

**PRESIDENTE FERRONATO (PSB):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 074/07.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Presidente Ferronato, colegas, o Ver. Prof. Alex, didaticamente, já deu as diretrizes básicas desse projeto do colega Márcio Bins Ely. Nós não estamos falando do boteco da esquina, do mercadinho da periferia; estamos falando de grandes empreendimentos comerciais, logo devemos ter a preocupação com essas pessoas que têm alguma dificuldade de locomoção, seja no caso

de pessoas com deficiência, mais particularmente os idosos. Nós temos grandes equipamentos, por exemplo, aqui no Centro da cidade, cujos consumidores são cerca de 40% de pessoas com mais de 60 anos; portanto, segundo o nosso estatuto da pessoa idosa, são idosos, são pessoas idosas. Eu vejo em um dos mercados que eu frequento, que tem uma pessoa que eu conheço que é cega, e vejo como é importante uma pessoa acompanhá-lo para que ele possa com mais desenvoltura achar, encontrar e verificar os produtos na prateleira. Hoje é impressionante o número de pessoas idosas que vão aos supermercados.

Tem um supermercado aqui na Fernando Machado que eu acho que é o local onde mais idosos compram. E esse mercado, inclusive, vai mudar, vai aumentar o seu espaço. Nesses locais, assim como nos grandes centros comerciais, gente, o que é ter duas cadeiras de rodas disponíveis? Não bastasse a questão de termos idosos, pessoas com deficiência, nós temos também pessoas sequeladas, acidentadas, e nesse período de acidente e às vezes são as pessoas que só elas podem ir ao mercado, porque alguém da família está trabalhando ou tem que buscar produtos para uma pessoa idosa que já não sai mais, então, é muito importante que isso aconteça. Essa preocupação não é com qualquer estabelecimento; o vereador deixou bem claro que são grandes estabelecimentos. Eu acredito que é importante que a gente possa aprovar esse projeto para dar mais dignidade às pessoas. Obrigado.

**PRESIDENTE FERRONATO (PSB):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 074/07.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sr. Presidente, Aírto Ferronato, eu não vou até a tribuna, porque acho desnecessário, mas esse projeto é muito importante. Há muitos anos ele está aqui na Casa, e eu acho que agora está na hora de votarmos isso. O Ver. Adeli Sell disse muito bem, são grandes supermercados. Para eles, isso não representa nada de gasto. Para a pessoa que precisa de uma cadeira motorizada, é muito importante. Por isso, eu quero pedir para a base votar a favor.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 074/07.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Uma boa tarde a todos os colegas, a todas as pessoas que nos assistem. Esse projeto, eu perguntei há quanto tempo está na Casa, porque esse projeto é necessário para a cidade de Porto Alegre e ele está há 20 anos na Casa. A gente vê os grandes hipermercados com possibilidade de dar essas cadeiras, de ter, no mínimo, duas cadeiras para pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas que sofreram algum acidente, alguma coisa e de momento precisam dessas cadeiras. Então nós achamos que é de extrema importância, principalmente porque estabelece o tamanho do mercado, todas essas questões de termos essas cadeiras disponíveis para as pessoas, nos grandes hipermercados de Porto Alegre.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 074/07.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Presidente, Ver. Ferronato; colegas vereadores; cumprimento aqui a iniciativa do Ver. Bins Ely. O projeto que eu tenho protocolado diminui para 4.000 metros e, ao invés de duas cadeiras, quatro. Então o que nós vamos fazer? Eu vou votar com o senhor e o nosso, nós vamos arquivar, porque é meritório, e a gente sabe a importância de uma pessoa, seja obesa, seja um idoso, ou seja uma pessoa com deficiência, chegar num estabelecimento e ter ali uma cadeira à sua disposição. E nós sabemos que muitas vezes falta a cadeira, então é fundamental que venham a ter essas cadeiras para facilitar para que todas as pessoas, quando chegarem, seja num *shopping*, no hipermercado, tenham essa cadeira motorizada – motorizada, isso é importante – para que todas as pessoas venham a ser bem atendidas.

Então, eu encaminho aqui, Ver. Bins Ely, e repito: vou arquivar o meu projeto e estarei votando com o senhor. Forte abraço.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 074/07, pelo governo.

**VEREADOR ALVONI MEDINA (REP):** Boa tarde, meu Presidente Airto Ferronato; demais vereadores e vereadoras; público que nos assiste através da TVCâmara. Agradeço à Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, nossa Vice-Presidente, obrigado pela oportunidade de poder falar. Como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, aqui na Casa, parablenizo o nosso Ver. Márcio Bins Ely por essa iniciativa, por esse projeto tão importante para as pessoas com deficiência. Sabemos da grande importância de ter essas cadeiras à disposição dessas pessoas, principalmente num mercado grande, porque, às vezes, elas não têm como se locomover dentro daquele mercado. Então é fundamental que tenham essas cadeiras para que eles possam realmente transitar dentro do mercado, fazer as suas compras e ter também a sua autonomia respeitada. Então eu parablenizo o nosso Ver. Márcio, e eu tenho certeza de que quem ganha também é a cidade, quem ganha são as pessoas que vão utilizar essas cadeiras motorizadas, eu tenho certeza de que é um projeto de grande importância para essas pessoas.

Quero dizer que que a Câmara de Vereadores pensa na cidade, pensa nas pessoas. Os vereadores, quando criam um projeto de lei, criam pensando que essas pessoas vão ser beneficiadas e vão poder também ter a sua vida respeitada, podendo fazer as suas compras, o seu trabalho, a sua vida. Parabéns, Ver. Márcio, sou favorável e estarei votando “sim”. Um grande abraço a todos e que Deus os abençoe.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 074/07, como coautor.

**VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito boa tarde a todos os vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara, senhoras e senhores; em especial quero cumprimentar o Ver. Airton Ferronato que retorna à cadeira de Presidente, depois de algum tempo, não é, vereador? Algumas coisas têm memória aqui na Casa, e uma delas é esse meu projeto que tem também alguma data que ele tramita, mas eu acho que faltava uma ambiência favorável. Eu acho que, cada vez mais, avançam os direitos das pessoas portadoras de deficiência.

Eu escutei aqui atentamente todas as bancadas que se manifestaram a respeito da nossa iniciativa e gostaria de agradecer os partidos que, através dos vereadores, encaminharam favoravelmente, inclusive o governo, também a oposição, para que nós pudessemos avançar nessa política pública em favor da cidade, em favor das pessoas, não só das pessoas portadoras de deficiência, mas também das pessoas que, conforme a circunstância, talvez precisem de uma cadeira motorizada. Nós estamos falando aqui dos hipermercados, dos mercados de grande porte, como foi dito, que não vão ter um grande impacto, nada que um mercado não possa suportar, mas, no que diz respeito a uma pessoa idosa, a uma pessoa machucada, uma pessoa com problema na perna, uma pessoa diabética que tem que percorrer grandes distâncias dentro de um grande mercado, a gente acredita que se possa disponibilizar esses equipamentos. Hoje também já se tem com custo bem reduzido, as tecnologias que hoje despontam no que diz respeito a cadeiras elétricas, enfim, as baterias, tudo evoluiu muito, então a gente fica muito feliz em ver a sensibilidade dos colegas vereadores que nos antecederam favoráveis à nossa iniciativa.

O projeto de lei “altera a Emenda nº 01 da [Lei nº 7.591](#) de 1995, obrigando os estabelecimentos comerciais e supermercados com área construída superior a 6 mil metros quadrados...”, então, não são só supermercados, também estabelecimentos comerciais. Aqui estamos falando também, sim, de os *shoppings centers* manterem, no mínimo, duas cadeiras de rodas motorizadas à disposição de deficientes físicos e de pessoas circunstancialmente necessitadas. É um idoso, uma pessoa que está com uma muleta e, como mencionei aqui, uma pessoa machucada. Ela vai até um *shopping center* e vai ter à disposição duas cadeiras elétricas que facilitarão o seu trânsito dentro do estabelecimento. Então, a gente agradece a compreensão. Quero fazer um encaminhamento, também, em nome da minha bancada, em meu nome, ao do Ver. João Bosco Vaz, que também sempre se envolveu e esteve envolvido com questões das pessoas portadoras de deficiência, inclusive, em especial, os atletas. Quero falar também um pouquinho dos nossos atletas, em especial os atletas paraolímpicos. Mas, enfim, quero fazer aqui um agradecimento a todos que nos antecederam, e o nosso encaminhamento, como autor, também é favorável pela aprovação do projeto: duas cadeiras de rodas para os estabelecimentos comerciais com mais de 6 mil metros quadrados em Porto Alegre. Pela atenção, muito obrigado, e uma boa tarde a todos.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Em votação o PLL nº 074/07. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli, do Ver. Tiago Albrecht e da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel.

**Vereadora Karen Santos (PSOL) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 341/23 e do PR nº 050/23 da priorização de votação, sendo novamente priorizados, como segunda e terceira matérias, a serem apreciadas na sessão ordinária prevista para a próxima quarta-feira.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Karen Santos. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0271/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 129/23**, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, que inclui a efeméride Semana de Conscientização e Proteção da Saúde Visual no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser realizada anualmente durante o mês de julho. **(SEI 025.00023/2023-02)**

#### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

#### **Observações:**

- com Emenda nº 01, do Ver. Tiago Albrecht;
- incluído na Ordem do Dia em 23-08-23 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Em discussão o [PLL nº 129/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 129/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o PLL nº 129/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;**

**encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0019/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 008/22**, de autoria do Ver. José Freitas, que assegura à gestante com deficiência auditiva o direito a ser acompanhada por intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas consultas de pré-natal e de puerpério em Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e nas Unidades de Pronto Atendimento, bem como durante o parto e nas internações relacionadas à gravidez em todas as instituições de saúde atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Porto Alegre.

**(SEI 034.00006/2022-77)**

**Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01; Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da Emenda nº 02;
- da **CEFOR**. Relatora Ver<sup>a</sup> Biga Pereira: pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver<sup>a</sup> Karen Santos: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 02 e pela rejeição da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Giovanni Culau e Coletivo: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 02 e pela rejeição da Emenda nº 01;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alexandre Bobadra: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01; Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação da Emenda nº 02;
- da **COSMAM**. Relatora Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01; Relatora Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo: pela aprovação da Emenda nº 02.

**Observações:**

- com Emenda nº 01, do Ver. Felipe Camozzato;
- com Emenda nº 02, do Ver. Giovanni Culau e Coletivo;
- com Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, de autoria do Ver. José Freitas (Líder da Bancada do REP);
- incluído na Ordem do Dia em 14-08-23.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Em discussão o [PLL nº 008/22](#). (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Ver. Airto Ferronato, na presidência dos trabalhos; colegas vereadores, dia 26 de setembro celebramos o Dia Nacional do Surdo, bem como a Semana do Surdo, de 20 a 26 de setembro, criado através de uma lei de minha autoria que nós aprovamos aqui nesta Casa. O PLL nº 008/22 assegura à gestante com deficiência auditiva o direito a ser acompanhada por intérprete de língua brasileira de sinais, Libras, nas consultas de pré-natal e de puerpério em unidades básicas

de saúde – UBS, bem como nas unidades de pronto atendimento, também durante o parto e nas internações relacionadas à gravidez em todas as instituições de saúde atendidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, no Município de Porto Alegre. (Lê.): “**Art. 1º** Fica assegurado à gestante com deficiência auditiva o direito a ser acompanhada por intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas consultas de pré-natal e de puerpério em Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e nas Unidades de Pronto Atendimento, bem como durante o parto e nas internações relacionadas à gravidez em todas as instituições de saúde atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Porto Alegre. **Parágrafo único.** O direito a que se refere o *caput* deste artigo não exclui o direito ao acompanhamento de familiar ou à presença de doula; **Art. 2º** Para o atendimento do disposto nesta Lei, as instituições de saúde referidas em seu art. 1º poderão disponibilizar seu próprio intérprete de Libras para o atendimento das gestantes, parturientes e puérperas. **Parágrafo único.** No caso referido no *caput* desse artigo, o Executivo Municipal dará preferência à capacitação de servidores públicos que já integram as unidades de saúde de que trata esta lei, utilizando-se de entidades que tenham comprovadamente competência para ensinar Libras; **Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.”

Principalmente as mulheres aqui que já ganharam filhos, imaginem uma mulher surda na hora de ganhar o seu filho. Nós temos o diretor Diego, o diretor da Feneis, inclusive ele é nosso suplente do Republicanos aqui na Câmara de Vereadores, que sempre dá exemplo da esposa dele – ela tem trauma de quando ganhou nenê e não tinha como se comunicar com o médico. Então, é uma lei simples para que todas as parturientes surdas tenham o direito de um acompanhante, do intérprete de Libras, e a Prefeitura que vai organizar essa questão. Eu conto com a ajuda dos pares. E a subemenda é só uma questão de regulamentar o texto, a subemenda é para que seja desde... Essa intérprete de Libras, na hora de a pessoa surda ganhar o seu nenê, que tenha a intérprete desde o acolhimento – é isso de que trata nossa subemenda. Está *ok*? Repetindo, isso não tira o direito de ela ter um acompanhante nem a doula também acompanhando. *Ok*, colegas? Qualquer coisa, estamos à disposição e conto com ajuda de todos os colegas. Um abraço.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Em votação o PLL n° 008/22. (Pausa.)

Estão suspensos os trabalhos para uma avaliação da Diretoria Legislativa.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h06min.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** (17h10min) Estão reabertos os trabalhos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda n° 01 ao PLL n° 008/22.



**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Passamos à votação da matéria. O diretor Luiz Afonso vai fazer a orientação da votação.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Vamos votar a Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 008/22. Caso aprovada, fica prejudicada a Emenda nº 02 ao mesmo projeto.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 008/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária da Ver.<sup>a</sup> Aline Kerber.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em consequência, está prejudicada a Emenda nº 02.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 008/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Registramos apenas que, em relação à Subemenda nº 01 que acaba de ser aprovada, a alteração é apenas em relação no *caput*, sendo mantido, na redação, o parágrafo único do projeto, conforme aprovado na Emenda nº 01.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o PLL nº 008/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**. Parabéns, Ver. José Freitas.

Em discussão o [PLCL nº 003/14](#). (Pausa.)

**Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento):** Presidente, como estou trabalhando lá com o secretário Fantinel, na secretaria da Fazenda, para tentar ver de que maneira gente pode encaminhar, porque o projeto infelizmente está com um indicativo contrário do governo, então solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 003/14, por duas sessões.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o [PLCL nº 035/21](#). (Pausa.)

**Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento):** Presidente, é a mesma situação.

**Vereador João Bosco Vaz (PDT):** Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao líder do PDT, o meu líder. Como nós estamos em fase pré-Plano Diretor, este projeto tem que ser discutido na comissão do Plano Diretor. Então, eu solicito, faço um apelo ao Ver. Bins Ely no sentido de que ele retire da ordem do dia este projeto.

**Vereador Tiago Albrecht (NOVO):** Sr. Presidente, nós, do partido NOVO, temos inclusive parlamentares que propõem *naming rights* para, enfim, espaços públicos. A sessão de hoje é um oferecimento Márcio Bins Ely, nós temos umas cinco ou seis, e ele está pedindo para retirar tudo. Então eu peço ao colégio de líderes que a gente possa se ater a projetos que não são tão antigos, são antigos, chega na hora e retira, e também balancear um pouco mais. Eu quero fazer essa brincadeira com o nobre Ver. Márcio Bins Ely, mas hoje a sessão é – ele retirou um, retirou outro e o próximo é dele – um oferecimento Márcio Bins Ely. Obrigado, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Feito o registro.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Se o Ver. Márcio for fazer a retirada do PLCL nº 035/21 e do PLL nº 056/18, que ele faça de forma conjunta para nós podermos aprovar num único requerimento.

**Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento):** Na realidade, cada caso é um caso, nesse caso dos clubes esportivos, que nós estamos colocando o regime urbanístico, no caso, o índice 3. A gente viu aí que, no 4º Distrito, nós aprovamos ali, o índice 4, o índice 5, a liberação das alturas é algo presente já no debate do Plano Diretor. Como não tem ainda o entendimento do governo favorável a essa iniciativa, eu acho que os clubes mereceriam que a gente aprovasse esse projeto para que ele não seja rejeitado.

Assim como o próximo projeto, que é um projeto sobre a evasão escolar, eu acho muito importante que as nossas crianças permaneçam na escola, e toda e qualquer iniciativa nesse sentido acho que ela tem que ser vista com bons olhos. Então, quero agradecer a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que está me ajudando a construir junto à Secretaria da Educação o item 12; e o item 11 em homenagem ao Ver. Tiago, que faz referência às nossas iniciativas. Estamos trabalhando pelo bem da cidade, pelo interesse coletivo, com iniciativas que possam efetivamente contribuir com diálogo a respeito da cidade, da qualidade de vida.

Sr. Presidente, solicito a retirada do PLCL nº 035/21 e do PLL nº 056/18 da priorização de votação. Num próximo momento, onde o amadurecimento das ideias possa ser também a quatro mãos, a seis mãos, a oito mãos, construído de forma a ser aprovado, que a gente possa enfrentá-los num futuro breve. *Ok*, Presidente? Pela atenção, muito obrigado.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Ver. Márcio, só para nos explicar melhor aqui, são os itens 11 e 12, retirada de priorização é isso?

**Vereador Márcio Bins Ely (PDT):** Isso, evasão escolar, esse programa de combate à evasão escolar, e o índice construtivo para os clubes esportivos, que é um pedido da Federacões, um pedido do sindicato dos clubes, mas a gente não teve condições de evoluir com o governo. Acredito que seja um projeto razoável, o índice 3 é o índice que a lei determina para a cidade. Os clubes não trabalham com o lucro imobiliário, com a especulação imobiliária, diferente do que nós fizemos no 4º Distrito, que aprovamos o índice 4 e o índice 5, mas os clubes, vamos esperar um pouco para amadurecer melhor essa ideia.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger solicita a retirada do Requerimento nº 194/23 da priorização de votação, sendo novamente priorizado como quarta matéria a ser apreciada na sessão ordinária prevista para a próxima quarta-feira, 25 de outubro de 2023.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0364/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 199/22**, de autoria do Ver. Everton Gimenis, que institui a Semana Municipal de Valorização do Trabalho Doméstico. (SEI 282.00017/2022-71)

### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relatora Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Pedro Ruas: pela aprovação do Projeto.

### **Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 14-08-23.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em discussão o [PLL nº 199/22](#). (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Presidente, conversando com o meu colega Aldacir Oliboni, nós queremos aqui ajudar na discussão do nosso colega Everton Gimenis, suplente da nossa bancada. Em primeiro lugar, porque é um projeto muito simples, nós acabamos de aprovar há pouco um projeto em que também institui um período, uma semana, e ele propõe instituir a Semana Municipal de Valorização do Trabalho Doméstico. Sob o ponto de vista da legalidade, da constitucionalidade, esse é um projeto constitucional. A Câmara reiteradamente aprovou e aprova dia disso, semana daquilo, mês daquilo outro. Então, não é um problema de constitucionalidade, os projetos são useiros e vezeiros; foi aprovado há pouco um do Bins, aqui, nesse mesmo sentido. Ademais, a valorização do trabalho doméstico é de uma magnitude importante, porque, nos dias que correm, ainda hoje, Ver.<sup>a</sup> Karen, a gente vê que muitas mulheres dizem que elas não têm profissão. “Você trabalha? Não, não trabalho.” Ora, ela passa o tempo inteiro em casa, cuidando da casa e dos filhos. Vovó cuidando dos netos e da casa, dos filhos e dos netos, isso é trabalho doméstico que não se valorizou historicamente e ainda hoje se teima em não ser devidamente valorizado. Portanto, a proposição do colega Ver. Everton Gimenis, além de ser constitucional, é digna, trabalha aquilo que a nossa Constituição tem no cerne, a dignidade da pessoa humana, e nós temos que colocar no cômputo do trabalho moderno o trabalho feito em casa, porque não é apenas o trabalho doméstico da mulher, mas prioritariamente, majoritariamente são as mulheres. Hoje, com uma certa evolução na sociedade, num combate que se fez e se faz contra o machismo, há muitos homens que, às vezes, assumem por um longo período o trabalho doméstico, porque a mulher sai para trabalhar, às vezes com dificuldades inclusive de creches, o preço das creches, e se opta por esta pessoa do sexo masculino fazer o trabalho doméstico, que é o trabalho de cuidar do lar, da família, do cotidiano das pessoas. Então, a instituição de uma semana de valorização do trabalho doméstico está dentro do escopo daquilo que nós acabamos de aprovar, um projeto do colega Ver. Márcio Bins Ely. Nesse sentido, eu peço a atenção e a colaboração para a importância de valorização deste tipo de trabalho, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que é o trabalho doméstico. Muito obrigado.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 199/22.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Eu vou fazer a discussão aqui mesmo, Presidente, porque neste projeto de lei, eu fui a relatora na CCJ, e dei existência de óbice, porque cria várias atribuições para o Executivo. Diferentemente da outra semana, que inclusive tem uma minha aqui, Semana de Conscientização e Proteção da Saúde Visual, corrigida com uma emenda do Ver. Tiago, para não ter precedente legislativo, para que não se tenha atribuições por parte do Executivo, esse projeto de lei, por mais meritório que seja, ele tem existência de óbice, e ele não foi corrigido à época.

Inclusive a gente tenta, na CCJ, fazer a conversa com o vereador – acho que não houve a conversa, porque o vereador deve ter ficado só dois, três dias – para que ele possa corrigir o projeto. Esse projeto tem sim precedente legislativo e atribui várias questões ao Executivo, por isso eu indico que seja votado desfavoravelmente para que não haja problemas futuramente. Obrigado.

**Vereador Adeli Sell (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL n° 199/22, por duas sessões.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL n° 025/22, por duas sessões.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Passamos ao PR n° 032/21. Alertamos às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores que, como se trata de uma alteração no Regimento, é apenas a 1ª sessão de discussão. Posteriormente teremos a 2ª sessão de discussão e, na 3ª sessão subsequente, a votação.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em discussão, em 1ª sessão, o PR n° 032/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir, encerrada a discussão, em 1ª sessão.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. N° 0607/14 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 052/14**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que institui o Programa Cultura Cidadã e dá outras providências. **(SEI 118.00050/2021-01)**

### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Reginaldo Pujol: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto;

- da **CUTHAB**. Relator Ver. Engº Comassetto: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Professor Garcia: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relatora Verª Mônica Leal: pela aprovação do Projeto (empatado).

**Observações:**

- com Emenda nº 01, do Ver. Alvoni Medina (de Líder);
- com Emenda nº 02, do Ver. Felipe Camozzato (de Líder);
- com Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, dos Vers Felipe Camozzato (de Líder) e Alvoni Medina;
- adiada a discussão por duas Sessões em 07-11-16;
- adiada a discussão por três Sessões em 13-02-17;
- discutiram a matéria os Vers. Márcio Bins Ely e Sofia Cavedon em 30-10-17;
- incluído na Ordem do Dia em 08-03-21.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em discussão o [PLL nº 052/14](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 052/14. (Pausa.) A Ver.ª Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Presidente, só para informar aos colegas que não tem óbice quanto à aprovação, o programa não traz nenhum tipo de custo para o Executivo, então, os vereadores que queiram podem aprovar, está liberado para votação, e isso tem acordo também da oposição.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 052/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 052/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 052/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária da Ver.ª Aline Kerber, e abstenção da Ver.ª Karen Santos.

Em votação o PLL nº 052/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLL nº 318/21](#). (Pausa.)

**Vereador José Freitas (REP) (Requerimento):** Nós chamamos duas secretarias: nós chamamos a FASC, sentamos com o DEMHAB, que nos recebeu. Chamamos a FASC para conversar, mas não nos receberam até agora; então, tem óbice por parte da FASC. Portanto, Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 318/21, por duas sessões.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLL nº 103/12](#). (Pausa.)

**Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 103/12 da ordem de priorização de votação.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLL nº 093/23](#). (Pausa.)

**Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 093/23 por uma sessão.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLCL nº 011/23](#). (Pausa.)

**Vereadora Karen Santos (PSOL) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 011/23, por duas sessões.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Karen Santos. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLL nº 140/22](#). (Pausa.)

**Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento):** Solicito o adiamento de discussão do PLL nº 140/22, por duas sessões.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLL nº 562/23](#). (Pausa.)

**Vereadora Comandante Nádia (PP) (Requerimento):** Solicito o adiamento de discussão do PLL nº 562/23 por duas sessões.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0457/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 012/23**, que autoriza a adoção de equipamentos públicos e de verdes complementares por pessoas físicas e jurídicas, e revoga a Lei nº 12.583, de 9 de agosto de 2019. (SEI 118.00414/2023-15)

### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relatora Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relatora Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. José Freitas: pela aprovação do Projeto.

### **Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 23-10-23 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em discussão o [PLE nº 012/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária das vereadoras Karen Santos, Fran Rodrigues e Aline Kerber, e dos vereadores Prof. Alex Fraga e Adeli Sell.

Em discussão o [PLL nº 145/23](#). (Pausa.)

**Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 145/23, por três sessões, porque o projeto do Ver. Janta é muito importante.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Muito obrigado, líder Idenir Cecchim, já ia pedir isso. Muito obrigado, Sr. Presidente e líder Idenir Cecchim.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o [PLL nº 038/19](#). (Pausa.)



**Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 038/19 por uma sessão. Como há um certo indicativo da Procuradoria, eu vou excluir o art. 3º para dar constitucionalidade ao projeto de lei.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0829/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 346/21**, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que altera para Rua Verginia Rosa Vidaletti Maffei a denominação do logradouro denominado Rua Borba Gato, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

**(SEI 021.00158/2021-00)**

#### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Marcelo Sgarbossa: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Jonas Reis: pela aprovação do Projeto.

#### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, IV, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 14-08-23.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em discussão o [PLL nº 346/21](#). (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Boa tarde, Presidente, colegas, vereadores, vereadoras, imprensa, pessoas que nos assistem, quem me conhece, sabe que eu sou completamente contra a troca de nome de rua, não se pode fazer isso! O nome de uma rua que já é conhecida, que está no mapa da cidade, não existe a menor possibilidade de fazer essa troca, primeiro pelo custo, segundo porque vai mexer com a vida das pessoas. Eu mesma atuei durante quatro anos para trazer de volta o nome da Av. Castelo Branco. Então, querido Ver. Oliboni, não tem a menor possibilidade de aprovar este

projeto. Mapa, Google, Correios, encomendas, não existe possibilidade, o custo que isso vai trazer é enorme. Não aprovo esse projeto. Obrigada.

**Vereador Tiago Albrecht (NOVO):** Sr. Presidente, eu só queria saber do Ver. Oliboni, porque recentemente houve a discussão na Casa sobre a Castelo Branco e a Legalidade; o Borba Gato é considerado, por muitos, genocida, colonialista, um bandeirante escravocrata, teve a sua estátua incendiada no município de São Paulo. Então, quero saber se essa troca é ideológica ou ela surge lá na sociedade do bairro Lomba do Pinheiro, porque mudar nome de rua por questões ideológicas vai dar um rebu danado aí, Presidente. Obrigado.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento):** Nobre Presidente, estava conversando aqui com o líder do governo e, embora não seja um tema conforme o Ver. Tiago aqui trouxe, uma questão ideológica, é uma questão de uma solicitação da ex-vereadora Maristela Maffei, que muda o nome da rua onde seus pais moravam. Nesse sentido, para nós termos espaço para conversar com ela, solicitarei adiamento para poder dar uma conversada, porque me parece que o governo traz aqui uma questão muito pontual, de que pode dar custo aos moradores, uma vez que é mudança de nome de rua. Nesse sentido, acho que tem que conversar com quem solicitou o pedido de mudança, embora esteja legalmente constituída, com o abaixo-assinado.

Por isso, Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 346/21, por duas sessões.

**Vereador Cassiá Carpes (PP):** Presidente, eu não vou entrar no mérito, mas o prejuízo lá na comunidade é muito grande. Os cartórios estão todos com os imóveis ditos que são na Rua Borba Gato. A luz, a água, tudo. Olha, isso implica muitas questões. Então, ainda bem que o Ver. Oliboni teve a sensibilidade, porque nós não podemos ficar trocando nome de rua a toda hora. Isso traz um transtorno enorme para a comunidade e custos. Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Presidente, acho que o Ver. Ferronato não está aqui. Sobre o PLL nº 066/22, eu gostaria de, se ele estiver ouvindo, pedir que se transfira por duas ou três sessões para conversarmos sobre esse tema.

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** Concordo com o Ver. Cecchim. Pode transferir, por três sessões.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o [Requerimento nº 130/23](#).

**Vereador Tiago Albrecht (NOVO):** Sr. Presidente, aproveitando que o Ver. Airo Ferronato está no Zoom. Não sei se a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia também está pelo plenário. Por que eu digo isso? Já existe uma Frente Parlamentar do Microempreendedorismo. Ela versa basicamente sobre o que o nobre colega Airo Ferronato está propondo aqui. A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia estava por desarquivá-la. Inclusive, a presidente Cláudia, da Amicro, esteve recentemente na Casa. Então, eu não sei se faz sentido a gente criar uma nova Frente Parlamentar, ou o Ver. Airo Ferronato, juntamente com a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, eu e outros, de repente, desarquivar essa frente parlamentar e reiniciar os trabalhos. Frente Parlamentar? É isso mesmo? Se está arquivado, já era?

**Vereadora Comandante Nádia (PP):** Não. Eu estou inscrita aqui para explicar bem essa questão.

## VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**REQ. Nº 130/23 – (Proc. nº 0660/23 – Ver. Airo Ferronato)** – requer a constituição da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas e dos Microempreendedores Individuais (MEIs) de Porto Alegre. (SEI 019.00126/2023-71)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do [Requerimento nº 130/23](#).

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Obrigada, quero agradecer ao Ver. Tiago Albrecht por estar fazendo essa menção, acabei de sair aí do plenário, há pouco, e realmente, já está em funcionamento a Frente Parlamentar do Empreendedorismo. Foi uma frente criada pelo então Ver. Felipe Camozzato e foi desarquivada, não hoje, até porque já passou pelo plenário, e ela está agora sob a minha presidência. Quero até me agregar ao Ver. Tiago, se já existe uma Frente Parlamentar do Empreendedorismo, me parece que micro e pequenas empresas entrariam nessa Frente já atualizada e já em funcionamento, no que eu convido, inclusive o Ver. Airo Ferronato, para fazer parte. Nós não tivemos ainda a primeira reunião, porque nós estamos organizando com a Cláudia, que foi falado sobre micro e pequenos empresários, e, se o Ver. Ferronato quiser, pode também fazer parte, com certeza, todos os vereadores dessa

Frente que já passaram por este plenário. Já foi desarquivada, já foi aprovada e já está em funcionamento.

**Vereador Aírto Ferronato (PSB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a retirada de priorização do Requerimento nº 130/23, para que seja incluído novamente na priorização de votação daqui a duas sessões.

**Vereador Cassiá Carpes (PP):** Obrigado pelo bom-senso do Ver. Ferronato. Se a Ver. Comandante Nádia não desarquivou antes do Ver. Ferronato, vale a do Ferronato. Essa é a minha interpretação. Então, é uma questão de nós chegarmos a um bom-senso, o Ferronato é um homem muito acessível a esse diálogo, e eu tenho certeza de que, na outra oportunidade, nós podemos até votar, se assim a Casa permitir, com seu regulamento, com suas resoluções. Obrigado.

**Vereadora Comandante Nádia (PP):** Só deixando claro, Presidente, já foi desarquivada e já passou pelo plenário a autorização do funcionamento da Frente Parlamentar. Eu quero aqui, de pronto, fazer o convite ao Ver. Aírto Ferronato para ser o vice-presidente dessa Frente Parlamentar do Empreendedorismo. Eu acho que é de interesse de todos nós.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aírto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

## VOTAÇÃO

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 186/23 – (Proc. nº 0993/23 – Ver. Giovane Byl) –** requer a constituição da Frente Parlamentar da Aprendizagem Profissional. **(SEI 158.00162/2023-86)**

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Em votação o [Requerimento nº 186/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(17h55min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

## COMUNICAÇÕES

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicações. (Pausa.)  
Desiste.

O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra em Comunicações. (Pausa.)  
Desiste. A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.  
O Ver. Claudio Janta está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver.  
José Freitas está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Mauro  
Pinheiro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h56min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

\* \* \* \* \*